



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

ATA N.º 5/2020

1 ----- Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte,
2 nesta cidade de Gouveia, no auditório do Teatro Cine, pelas dezassete
3 horas, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal de Gouveia,
4 nos termos do n.º 1 do art.º 27.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com
5 o objetivo de dar cumprimento à respetiva Ordem de trabalhos.-----

6 ----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal iniciou a sessão,
7 empossando nas suas funções de membro deste Órgão, o cidadão Rui Filipe
8 Lopes Martins Garcia Monteiro (PS), nos termos do art.º 44.º e 47.º
9 conjugado com o n.º 1 do art.º 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro,
10 com a redação que lhe foi introduzida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de
11 Janeiro, em face do pedido de renúncia ao mandato apresentada pela
12 Senhora Deputada Ana Cristina Dias Oliveira (PS).-----

I – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”

- 13
14
15 a) Apreciação e votação da Ata da Reunião da Sessão Ordinária de 28
16 de setembro de 2020
17 b) Informações e leitura resumida do Expediente.
18 c) Inscrição de membros da Assembleia que pretendam intervir.
19 d) Direito de resposta do Presidente da Câmara ou de quem o substitua.

II - PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO”

III - PERÍODO DE “ORDEM DO DIA”

- 20
21
Ponto 1 - Discussão e votação da Proposta de Transferência de novas
Competências ao abrigo da Lei n.º 50/2018 e respetivos
diplomas setoriais
Ponto 2 - Discussão de votação da Proposta de Lançamento de Derrama
para 2021
Ponto 3 - Discussão e votação da Proposta de Fixação da Taxa do Imposto
Municipal sobre Imóveis para 2021
Ponto 4 - Discussão e votação da Proposta relativa à Participação Variável
do Município de Gouveia no IRS – Imposto sobre o Rendimento
das Pessoas Singulares
Ponto 5 - Discussão e votação da Proposta de Fixação da TMDP – Taxa
Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2021
Ponto 6 - Discussão e votação da Proposta de Orçamento e Grandes
Opções do Plano da Câmara Municipal de Gouveia para o ano
de 2021



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

Ponto 7 - Projeto da Associação Reencontro:

7.1.1 Deliberar reconhecer o “Interesse Público Municipal” do projeto que a Associação Reencontro propõe concretizar

7.1.2 Deliberar aprovar a cedência do edifício sito em Vila Nova de Tazem em regime de propriedade plena à Associação Reencontro

7.1.3 Aprovação da Minuta de Contrato de cedência do Imóvel à Associação Reencontro

Ponto 8 - Discussão e votação da Proposta de Contratação de Fornecimento de Energia Elétrica em Mercado Liberalizado

Ponto 9 - Apreciação dos seguintes documentos:

- I. Informações das Atividades do Senhor Presidente
- II. Situação Financeira a 14/12/2020
- III. Despacho do Senhor Presidente da Câmara que determinou a isenção total do pagamento das taxas diárias de ocupação da Feira Semanal

23 ----- Procedeu-se à chamada dos Membros da Assembleia Municipal,
24 tendo-se verificado as seguintes presenças: -----
25 ----- Luís António Vicente Gil Barreiros (PPD/PSD), Ana Paula Casegas
26 Pardal Duarte Freitas (PS), António José Ferreira Machado (PPD/PSD),
27 António de Jesus Viegas Nogueira (PPD/PSD), Fernando Manuel Pinto dos
28 Santos (PPD/PSD), Cezarina da Conceição Santinho Maurício (PS),
29 Ricardo Filipe Morgado de Sousa (PPD/PSD), Arminda Isabel Carvalho do
30 Nascimento Rebelo (PPD/PSD), Rui Filipe Lopes Martins Garcia Monteiro
31 (PS), Nuno Filipe Pereira Figueiredo (PPD/PSD), José António Rodrigues
32 Manta (PS), Ana Paula Alves Morgado Mendes (PPD/PSD), Pedro
33 Emanuel Brazete Pereira Antunes Marques (PPD/PSD), Ana Mónica Silva
34 Ferreira (PS), José Manuel Mendes de Oliveira (CDS/PP), António Jorge
35 Ferreira Borges (PPD/PSD), Mário José Gaudêncio Bento (PS), Daniela
36 Figueiredo Gomes de Oliveira (PPD/PSD), Constantino Duarte Gomes de
37 Matos (CDU), Ana Isabel Oliveira Martins Cardoso (PPD/PSD), Ana Paula
38 Morgado Ferreira (Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias
39 de Aldeias e Mangualde da Serra), Valdemar José Brites Ribeiro
40 (Substituto legal do Presidente da Junta de Freguesia de Arcozelo da
41 Serra), Virgínia Manuela Baptista Garrido de Araújo (Presidente da Junta
42 de Freguesia de Cativeiros), Maria Elisabete Almeida Lopes Guerrinha
43 (Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Figueiró e
44 Freixo da Serra), Fernando Manuel Carmo Henriques (Presidente da Junta
45 de Freguesia de Folgoso), João José Amaro (Presidente da Junta de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUEIA

46 Freguesia de Gouveia), Salvador da Cruz Dias (Presidente da Junta de
47 Freguesia de União de Freguesia de Melo e Nabais), Carlos António
48 Videira Coelho (Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias
49 de Moimenta da Serra e Vinhó), António José Direito Saraiva (Presidente
50 da Junta de Freguesia de Nespereira), Vítor Manuel dos Santos Quaresma
51 (Presidente da Junta de Freguesia de Paços da Serra), Pedro Miguel Santos
52 Monteiro (Presidente da Junta de Freguesia de Ribamondego), Gonçalo
53 Luís Chouzal do Nascimento (Presidente da Junta de Freguesia da União de
54 Freguesias de Rio Torto e Lagarinhos), Glória Cardoso Lourenço
55 (Presidente da Junta de Freguesia de São Paio), Avelino Zacarias Sequeira
56 Tente (Presidente da Junta de Freguesia de Vila Cortês da Serra), Carlos
57 Manuel Santinho Pacheco (Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca
58 da Serra) e Marco António Marvão Martins (Presidente da Junta de
59 Freguesia de Vila Nova de Tazem).-----

60 ----- Solicitaram os Senhores Deputados Susana Isabel Marques dos
61 Santos Seara Pires de Andrade (PPD/PSD), Maria Helena Marques
62 Gonçalves (PPD/PSD), Maria de Lurdes Paraíso Ferreira (PS), Fernando
63 José Cabral da Silva (CDS/PP), Diogo João Ferreira Cardoso de Oliveira
64 Cardona (PPD/PSD) a respetiva substituição ao abrigo do n.º 1 do artigo
65 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação introduzida pela
66 Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, cabendo a mesma a António de Jesus
67 Viegas Nogueira (PPD/PSD), Fernando Manuel Pinto dos Santos
68 (PPD/PSD), Ana Mónica Silva Ferreira (PS), José Manuel Mendes de
69 Oliveira (CDS/PP), Ana Isabel Oliveira Martins Cardoso (PPD/PSD), e nos
70 termos do art.º 79.º do citado diploma legal.-----

71 ----- Foi o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Arcozelo da Serra
72 substituído pelo respetivo substituto legal por ele designado, nos termos da
73 alínea c) do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

74 ----- Justificou, antecipadamente, a sua falta o Senhor Deputado Fernando
75 António Figueiredo Silva (PS).-----

I – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”

76 ----- Considerando que a Assembleia reunia o número legal suficiente
77 para deliberar, o Senhor Presidente da Mesa declarou aberta a sessão.-----

a) Apreciação e votação da Ata da Reunião da Sessão Ordinária de 28 de Setembro de 2020

81 ----- O Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a Ata n.º 4/2020 da
82 sessão ordinária de 28 de setembro, tendo sido a mesma aprovada, pela
83 maioria, dos presentes.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

84 O Senhor Deputado António de Jesus Viegas Nogueira (PPD/PSD) e os
85 Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, Salvador da Cruz Dias, Carlos
86 António Videira Coelho e Avelino Zacarias Sequeira Tente, porque não
87 estiveram presentes na respetiva reunião, não participaram na discussão e
88 votação da Ata, como determina o n.º 3 do art.º 34.º do CPA.-----

89 **b) Informações e leitura resumida do Expediente**

90 ----- A 1.ª Secretária da Mesa deu conhecimento da correspondência
91 recebida, desde a efetivação da última reunião da Assembleia Municipal e
92 que a seguir se discrimina: -----

- 93 i) **Banco Europeu de Investimento:-** Vem dar conhecimento de
94 oferta de taxa de juro, ao abrigo do n.º 9 do art.º 4.º do Decreto Lei
95 n.º 5/2019, de 14 de janeiro e da cláusula 4.4 do Acordo de
96 Regularização de Dívida entre as Águas do Vale do Tejo e o
97 Município de Gouveia;-----
- 98 ii) **Senhor Deputado Fernando António Figueiredo Silva (PS) –**
99 Solicita a sua substituição à sessão ordinária de 28/09/2020;-----
- 100 iii) **Senhor Deputado Fernando Cabral Silva (CDS/PP):-**
101 Comunica a sua substituição na sessão ordinária de 28/09/2020 pelo
102 eleito José Manuel Mendes de Oliveira;-----
- 103 iv) **Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de**
104 **Moimenta da Serra e Vinhó:-** Comunica a sua substituição à sessão
105 ordinária de 28/09/2020 pelo seu substituto legal;-----
- 106 v) **Senhora Deputada Maria de Lurdes Paraíso Ferreira (PS):-**
107 Solicita a sua substituição na sessão ordinária de 28/029/2020;-----
- 108 vi) **Senhora Deputada Maria Helena Marques Gonçalves:-**
109 Solicita a sua substituição na sessão ordinária de 28/09/2020;-----
- 110 vii) **Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela:-**
111 Informa acerca da entrega da documentação eleitoral para a Eleição
112 indireta do Presidente e Vice Presidente das Comissões de
113 Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR);-----
- 114 viii) **DGAL:-** Organização das mesas eleitorais para a Eleição indireta
115 do Presidente e Vice Presidente das Comissões de Coordenação e
116 Desenvolvimento Regional (CCDR);-----
- 117 ix) **Presidente da Câmara Municipal de Gouveia:-** Solicita
118 informação acerca das dotações a inscrever no Orçamento Municipal
119 2021 relativas ao funcionamento da Assembleia Municipal;-----
- 120 x) **DGAL:-** Envio de documentação para a Eleição indireta do
121 Presidente e Vice Presidente das Comissões de Coordenação e
122 Desenvolvimento Regional (CCDR);-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

- 123 xi) **Assembleia Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo:-**
124 Convite para estar presente na 2.^a Reunião dos Presidentes das
125 Assembleias Municipais dos Municípios da CIM-BSE, no dia
126 23/10/2020;-----
- 127 xii) **Presidente da Câmara Municipal de Gouveia:-** Envio da
128 Proposta de Orçamento Municipal para o ano de 2021;-----
- 129 xiii) **Joana Mota:-** Solicita, para efeitos curriculares, emissão de
130 declaração de membro da Assembleia Municipal de Gouveia nos
131 mandatos 2009-2013 e 2013-2017;-----
- 132 xiv) **Senhor Deputado Diogo João Oliveira Cardona:-** Solicita a sua
133 substituição na sessão ordinária de 21/12/2020;-----
- 134 xv) **Presidente da Câmara Municipal de Gouveia:-** Vem indicar as
135 propostas da Câmara Municipal para inclusão na Ordem de
136 Trabalhos da 4.^a sessão ordinária da Assembleia Municipal de
137 Gouveia.-----
- 138 **c) Inscrição de membros da Assembleia que pretendam intervir**
139 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de
140 Gouveia registando em Ata duas efemérides que considera importantes
141 neste período que mediou entre as duas sessões: o aniversário do Club
142 Camões e, em outubro, mais um aniversário da Banda Botto Machado.
143 Duas instituições da nossa cidade que de alguma forma são representativas
144 da força associativa que Gouveia tem e da vida associativa que fazem desta
145 terra uma terra muito especial.-----
- 146 Referiu-se à questão da manutenção da iluminação pública por parte da
147 EDP ou das empresas que esta contrata. Verifica que continua a não existir
148 resposta às muitas solicitações que, no caso concreto, da Junta de Freguesia
149 de Gouveia, esta tem feito, no que diz respeito a avarias, lâmpadas
150 fundidas, a caminhos rurais ou sub-urbanos que continuam às escuras por
151 falta de manutenção e desse trabalho de reposição dos pontos de
152 iluminação.-----
- 153 Efetivamente as coisas não melhoraram com o *modus operandi* da
154 comunicação dessas situações. A plataforma que existe, em que é
155 interlocutor o Município junto da EDP, para que as avarias sejam
156 comunicadas de uma forma mais eficiente e a ação da EDP pudesse ser
157 muito mais eficaz, a verdade é que não tem resultado e não sabe se a
158 Câmara Municipal tem feito alguma coisa para agilizar uma melhor forma
159 de articulação que tem que ser feito entre a EDP, as empresas por ela
160 contratualizadas para fazerem essas reparações.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

161 Outro assunto que começa a ser já recorrente diz respeito ao estado dos
162 caminhos rurais e sub-urbanos do concelho. É uma realidade comum a todo
163 o concelho e não é exclusivo de nenhuma freguesia. A verdade é que com o
164 decorrer dos tempos e com os picos que se verificam em tempos de
165 inverno, de mau tempo e de tempestade, esses caminhos onde passam e
166 residem pessoas, onde passam veículos agrícolas, onde têm atividade
167 agrícola que, qualquer dia, não só não tem arranjo possível, como podem
168 ocorrer sinistros eminentes nessas vias.-----

169 Continua a afirmar que os casos emblemáticos da Freguesia de Gouveia,
170 como o Caminho do Azeveiro e o Caminho do Jancão são os exemplos
171 maiores, mas há outros caminhos da Freguesia que necessitam de
172 intervenção urgente seja ao nível da reparação do piso, seja ao nível da sua
173 pavimentação. Era urgente que o Município equacionasse e estudasse
174 através dos seus serviços técnicos a elaboração de um plano rodoviário
175 rural para as vias municipais. Sabemos que esse trabalho não pode ser feito
176 todo ao mesmo tempo, no entanto, devem ser definidas prioridades,
177 critérios e, acima de tudo, que se calendarizasse essas intervenções que são
178 urgentes, sob pena, da nossa rede viária rural e sub-urbana um dia se tornar
179 inacessível.-----

180 ----- Usou da palavra o Senhor Deputado Constantino Matos (CDU)
181 iniciando a sua intervenção registando em Ata um Protesto relativamente à
182 forma como foi entregue a documentação para a presente sessão da
183 Assembleia. Supõe que a mesma deve ser entregue num prazo de 5 dias,
184 contudo, a documentação chegou, apesar de ter sido enviada em correio
185 azul, na quinta-feira. Isto deixa-lhes pouco tempo para preparar as
186 intervenções e observações, pelo que deixa regista esta chamada de atenção
187 para que de futuro isto não se repita.-----

188 Reforçou a ideia deixada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de
189 Gouveia relativamente à iluminação e caminhos rurais, uma chamada de
190 atenção para aquilo que a CDU já tem vindo a apelar, nomeadamente, a
191 falta de iluminação nas vias, nos nós de ligação, nos cruzamentos e a falta
192 de marcação das vias do concelho. É evidente que, em relação às estradas
193 nacionais, o problema, infelizmente, não é só nosso, relativamente às
194 estradas municipais a conversa muda de figura.-----

195 Chegou ao conhecimento da CDU por parte de alguns munícipes, algumas
196 dúvidas relativamente à atribuição da licença de habitabilidade para
197 edificações existentes no concelho e, provavelmente, não completamente
198 legalizadas. Deixa registada esta questão para que possam responder numa
199 próxima sessão da Assembleia, pois admite que não tenham de momento a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

200 informação. Pretende comparar estes dados com os dados de outros
201 concelhos para saber efetivamente se, o concelho de Gouveia, está a ter
202 uma postura de exceção ou se está a cumprir a Lei e os outros concelhos
203 terão uma interpretação diferente.-----

204 Evocou a memória de Eduardo Lourenço, um distinto democrata, um
205 pensador de excelência. Mais uma pessoa que nos deixou, mais um
206 Beirão.-----

207 De seguida realizou a seguinte intervenção relativa à “menina” Luzita:-----

208 *“Permitam-me que evoque a memória da “menina” Luzita. Começou a*
209 *trabalhar com 16 anos numa altura em que não havia médicos, não havia*
210 *enfermeiros, nos anos 40. Ajudava quem dela precisava, fazia os partos,*
211 *tratava feridas, visitava os doentes e os moribundos. Apoiava os mais*
212 *desfavorecidos, mesmo sob a ameaça da tuberculose. Dava injeções*
213 *mesmo sem formação.*-----

214 *Em 1969, inaugurou-se o Posto Médico dos Lanifícios. Foram admitidos*
215 *médicos e enfermeiros. A “menina” Luzita foi admitida nos quadros como*
216 *administrativa, mas nem por isso deixou de prestar auxílio aos mais*
217 *necessitados.*-----

218 *Por tudo isto é um ícone de Gouveia. Mulher distinta nas suas palavras e*
219 *ações. Mulher adulta, casada, com filhos a quem, mesmo assim, o povo*
220 *continuou a chamar “menina” revelando o carinho que por ela nutria.*-----

221 *A CDU expressa os seus sentidos pêsames à família e amigos por tudo o*
222 *que representou em Gouveia e pela memória que ainda nos resta.*-----

223 *Por este motivo propomos ao Senhor Presidente da Assembleia um Voto de*
224 *Louvor aplaudido.”*-----

225 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia referindo que
226 efetivamente vamos perdendo pelo caminhar exonerável do tempo e da
227 vida, pessoas que sempre nos habituámos a gostar e a querer. E, em relação
228 à “menina” Luzita, manifestou a sua concordância com tudo o que foi dito
229 pelo Senhor Deputado, pelo muito que deu a estas populações e ficará para
230 sempre na memória de todos.-----

231 De seguida, colocou à votação da Assembleia um Voto Condolências pela
232 morte da D. Luzita, tendo sido aprovado, por unanimidade e aclamação.----

233 ----- Usou da palavra o Senhor Deputado António Machado (PPD/PSD)
234 dirigindo-se aos presentes, referiu o seguinte:-----

235 *“A bancada do PPD/PSD solidariza-se com a evocação à “menina” Luzita*
236 *e lembrou alguns aniversários de algumas instituições do nosso concelho.*
237 *Algumas já foram referidas pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia*
238 *de Gouveia, nomeadamente, o aniversário do Clube Camões e da Banda*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUEIA

239 *Musical Gouveense Pedro Botto Machado, mas também a Banda de*
240 *Moimenta da Serra e a União Futebol Clube do Arcozelo.-----*
241 *Vivemos tempos excepcionais marcados pela pandemia da Covid-19, a crise*
242 *económica, tantas injustiças e o aumento de violência contra os*
243 *vulneráveis e fracos, mas nada nos pode apagar a luz do Natal.-----*
244 *Todos, conforme as nossas responsabilidades, temos que ser sinal de*
245 *esperança. Pelo que temos tido conhecimento, os membros das Juntas de*
246 *Freguesia e da Câmara Municipal, através de um trabalho de*
247 *proximidade, têm sido verdadeiros sinais de Esperança. Obrigados*
248 *Senhores Presidentes.-----*
249 *Nesta quadra natalícia, é de elementar justiça, saudar e agradecer o*
250 *trabalho de todos os que dirigem os lares do nosso concelho e seus*
251 *colaboradores, é um trabalho assinalável e insubstituível. No meu*
252 *entendimento exprime a caridade mais pura e ronda mesmo o heroísmo em*
253 *tempo de pandemia. Ainda neste contexto, queremos realçar a*
254 *solidariedade entre os jovens e os idosos, visível no Lar da Santa Casa da*
255 *Misericórdia, ao longo da semana passada, até ao dia de hoje. Doze jovens*
256 *universitários de diferentes cursos da Universidade de Lisboa saíram do*
257 *seu aconchego, do seu espaço de conforto e dirigiram-se para as periferias*
258 *numa ação de voluntariado. Gouveia, Lar da Santa Casa. Vieram trazer*
259 *ternura, afeto, alegria e esperança. Vieram trazer Natal. Vieram dizer-nos*
260 *que os idosos são um tesouro a cuidar, não se podem descartar.-----*
261 *O nosso reconhecimento, a nossa gratidão aos doze jovens universitários*
262 *da Universidade de Lisboa.-----*
263 *Queremos felicitar a Câmara Municipal por colocar o foco da sua ação na*
264 *questão da Covid-19 a nível da saúde pública e nas suas consequências*
265 *para as famílias e economia local. Agradecemos que o Senhor Presidente*
266 *da Câmara explicitasse nesta Assembleia, quais as medidas concretas que*
267 *já foram colocadas em prática e outras que porventura estejam em*
268 *preparação.-----*
269 *Todos sabemos que a pandemia agravou o problema do emprego,*
270 *relacionado com este assunto e no âmbito da atração de investimento para*
271 *o concelho gostavam de saber se há perspectivas de investimento privado*
272 *em tempo breve.-----*
273 *Sabemos que os amantes do turismo religioso, cultural e ambiental são*
274 *cada vez mais. Estamos perante um nicho de mercado importante e é*
275 *positivo ver a Câmara Municipal a apostar na rede de percursos pedestres.*
276 *Temos a Rota dos Galhardos e a Rota dos Caminhos da Fé remarcadas,*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

277 *painéis formativos substituídos e as rotas passam a ter o início e términus*
278 *no mesmo ponto, as chamadas rotas circulares.*-----
279 *Temos ainda a Rota dos Penedos Mouros, a Rota Vergiliana e foi criada a*
280 *Rota do Vale de Cadela. Consideramos de grande importância ambiental,*
281 *passa pelo Curral do Negro, Parque Ecológico, Cervas, possui pontos de*
282 *observação de aves e cogumelos.*-----
283 *Senhor Presidente, gostavam de saber se estas Rotas já estão*
284 *homologadas, se é necessário fazer mais alguns investimentos e que*
285 *vantagens traz essa mesma homologação.*-----
286 *Agradecemos um ponto de situação das obras dos Bellinos e do Mercado*
287 *Municipal e também reconhece as intervenções dos elementos desta*
288 *Assembleia que o antecederam em relação aos caminhos rurais, pensa que*
289 *deve ser uma preocupação também deste executivo*”.-----
290 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa para prestar o
291 esclarecimento ao Senhor Deputado Constantino Matos (CDU) em relação
292 à entrega da documentação. Para o envio da ordem de trabalhos e respetiva
293 documentação foi necessário aguardar pela realização da reunião
294 extraordinária da Câmara Municipal de 15/12/2020, terça-feira, uma vez
295 que alguns dos assuntos que hoje estão agendados para análise, foram
296 debatidos nessa reunião de Câmara. Finalizada a reunião, nesse mesmo dia,
297 pelas 17 horas e 38 minutos, foi enviada a todos os Senhores Deputados
298 toda a documentação por via digital.-----
299 Aquilo que acontece é que dentro das combinações internas, a Mesa,
300 habitualmente, disponibiliza aos líderes de bancada a documentação em
301 suporte de papel. Só que não havia hipótese, àquela hora, de fazer entrega
302 imediata, pelo que foi enviado através dos CTT no dia seguinte.-----
303 Tendo sido a documentação enviada no dia 15/12/2020, por via digital,
304 significa que, tanto o Senhor Deputado Constantino Matos, como os
305 restantes Deputados e Presidentes de Junta, tiveram acesso aos documentos
306 dentro do prazo estipulado no Regimento e o atraso do serviço de CTT
307 pode ter demorado a entrega em papel.-----
308 ----- Usou da palavra o Senhor Deputado José António Manta (PS)
309 questionando o Senhor Presidente da Câmara se teve conhecimento de um
310 programa na TSF transmitido nos dias 19 ou 20 de outubro, onde estavam
311 presentes, segundo palavras do locutor, os concelhos “coração da Serra da
312 Estrela”, ou seja, Seia, Covilhã e Manteigas.-----
313 ----- Usou da palavra a Senhora Deputada Daniela Oliveira (PPD/PSD)
314 que, em nome pessoal, mas também em nome da estrutura da concelhia da
315 JSD, deixou registada em Ata uma palavra de parabenização pela ideia,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

316 mas, acima de tudo, pela colocação em prática do Programa “Gouveia
317 Entrega”. Num ano difícil para todos mas, em especial, para aqueles que
318 têm comércios e portas abertas, esta será com toda a certeza uma ajuda que
319 os restaurantes agradecem e os munícipes merecem.-----
320 Durante este ano, como de resto tem acontecido de uma forma geral, o
321 Município tem dado uma resposta com vista a ser sempre parte da
322 resolução de um problema e, por isso, não podem deixar de registar esta
323 parabenização.-----
324 ----- Usou da palavra a Senhora Deputada Cezarina Maurício (PS)
325 proferindo o seguinte:-----
326 *“Não tenho obsessão por Portugal. Quando se nasce numa aldeia naquele*
327 *tempo, Portugal não está à vista. Ser português, então, é falar português,*
328 *ter uns certos hábitos que vêm do fundo dos tempos, é estar confinado num*
329 *sítio incógnito, pouco visto, pouco sabido dos olhos do mundo. É estar*
330 *isolado e ser feliz. Eduardo Lourenço.”*-----
331 Registou em Ata um Voto de Pesar a este grande Humanista, a este grande
332 vulto português da cultura e das humanidades. Como alguém referiu,
333 *“quando tanto precisamos de pensar o mundo, o mundo perde um dos seus*
334 *maiores pensadores contemporâneos”*.-----
335 Precisamos de pensar o mundo e pensá-lo de uma forma livre, de uma
336 forma responsável, de uma forma solidária. É a nossa forma de viver, é a
337 nossa forma de estar que, neste momento, está em causa em Portugal e na
338 Europa e precisamos deste tipo de homens que nos ponham a pensar e que
339 deixam a sua marca no tempo.-----
340 A segunda nota, e porque estamos a falar de perdas, evocou um homem que
341 passou por esta Assembleia Municipal e, nessa categoria, referiu o
342 falecimento de Henrique Garcia, que teve a oportunidade de conhecer em
343 termos da sua área profissional, mas a sua menção é na posição de membro
344 que foi deste órgão da Assembleia Municipal de Gouveia.-----
345 A outra questão que a Senhora Deputada abordou prende-se com o
346 trabalho que foi feito - curiosamente divulgado passado pouco tempo da
347 Assembleia Municipal do mês de setembro – ao nível da definição da
348 intervenção de caminhos florestais no concelho de Gouveia. Da parte da
349 Bancada do PS, contestam a forma como este trabalho foi desenvolvido,
350 por um lado; segundo, o facto de não constar a presença de todas as Juntas
351 de Freguesia e respetivos caminhos neste documento e neste trabalho
352 definido pela Câmara Municipal de Gouveia.-----
353 Outra questão que a Senhora Deputada frisou e de saudou, neste caso, é a
354 abertura da candidatura aprovada da Quinta do Seixal, em Gouveia, antiga



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

355 sede dos Serviços Florestais, no concurso REVIVE. Pensamos que poderá
356 ser um aspeto importante e de alento ao concelho de Gouveia em
357 determinadas áreas.-----

358 Finalizando a sua intervenção, em nome da Bancada do PS saudou e
359 evidenciou esse bom trabalho que está a ser desenvolvido pelas Juntas de
360 Freguesia e pelas IPSS do concelho de Gouveia, independentemente, se
361 têm a resposta de ERPI, de estrutura residencial de idosos ou outras.
362 Considera que todas fizeram ou estão a fazer um excelente trabalho em prol
363 dos seus utentes, mantendo-os seguros e mantendo também seguros os seus
364 colaboradores e as suas comunidades e não por uma questão de caridade,
365 mas por uma questão também e, acima de tudo, de concretizar aquilo que
366 são os direitos sociais das suas populações.-----

367 ----- Usou da palavra a Senhora Deputada Isabel Nascimento (PPD/PSD)
368 subscrevendo os votos de pesar pelo falecimento do Sr. Henrique Garcia e
369 Dr. Eduardo Lourenço. Eduardo Lourenço, maior ensaísta da Língua
370 Portuguesa, com a qual a nossa Biblioteca mantinha uma especial relação,
371 dada a sua relação de amizade com o nosso Vergílio Ferreira. E, por
372 último, à menina Luzita. A menina Luzita, nos seus 95 anos, espelhava
373 simpatia, charme e elegância. Sempre com um sorriso e com uma enorme
374 predisposição para a vida. Fica a sua memória e fica o seu exemplo de vida.
375 Referiu um assunto que já alertou numa anterior Assembleia Municipal
376 relativamente aos mais idosos, sobretudo, e que se prende com o Estatuto
377 do Cuidador Informal.-----

378 Agora que a Lei 100/19 está plenamente em vigor, a declaração do Estatuto
379 de Cuidador Informal depende da articulação dos serviços públicos, entre
380 os quais, os Municípios. Os serviços da ação social dos Municípios têm um
381 papel fundamental na sinalização da pessoa cuidada e do respetivo
382 cuidador, articulando-se com os serviços da Segurança Social. É muito
383 importante, agora mais do que nunca, dado o isolamento em que as pessoas
384 se encontram, identificar e sinalizar estes casos.-----

385 São muitas as famílias em que existem situações que aqui se enquadram,
386 inclusive, agregados em que não existe nenhum elemento com
387 competências para acionar este Estatuto. A atribuição deste Estatuto
388 significa que ninguém fica esquecido, que o cuidador terá direito a todos os
389 apoios, desde os financeiros, à capacitação de competências, informações,
390 articulação com serviços de saúde, períodos de descanso, articulação com a
391 vida profissional e que todos os esforços serão efetuados para não
392 descuidar nenhum dos direitos da pessoa cuidada, prestando-lhe os
393 cuidados que lhe são adequados.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

394 Mais uma vez apelou e alertou para a necessidade de, no terreno, se
395 avaliarem e de se sinalizarem devidamente estas situações.-----
396 Concluindo, deixou ainda registado um alerta em relação a algumas
397 situações que se apercebeu noutros Municípios e que dizem respeito à
398 entrega de cabazes de Natal a pessoas que se encontram de alguma forma
399 ou por algum motivo, isoladas. Quer por questões de mobilidade, quer por
400 questões de estarem familiarmente sozinhos, uma vez que os familiares não
401 podem regressar às suas origens, congratulou-se pelo facto de terem tido
402 acesso a um cabaz de Natal com produtos natalícios, com as iguarias da
403 época de Natal, oferecidos em muitos casos pelos Municípios. Não sabe se
404 existe esta mesma postura neste Município, mas fica registada a sugestão.--
405 ----- Usou da palavra o Senhor Deputado Ricardo Morgado (PPD/PSD)
406 referindo que está a chegar ao fim um ano que ninguém previa e que vai
407 definir, provavelmente, as próximas décadas e nos fez ter que adaptar a
408 novas formas de viver, a novas formas de colaborar, a novas formas de
409 trabalhar. É, portanto, sempre um exercício injusto quando estão a fazer
410 balanços dizer-se, nesta altura, se se fez melhor ou se se fez pior. Melhor
411 pode fazer-se sempre, mas ninguém está preparado, nenhum Governo,
412 nenhum executivo, nenhuma Junta de Freguesia, nenhuma família está
413 preparada para aquilo que foi este ano.-----
414 Um ano depois estão já habituados a conviver com esta pandemia, contudo,
415 há alturas mais difíceis, sobretudo, datas em que a proximidade e o
416 encontro são tão especiais. Ao mesmo tempo olhamos para 2021 com
417 alguma esperança na cura que mostra realmente como o mundo quando se
418 une, quando trabalha, quando coopera, consegue fazer coisas fantásticas. E,
419 de facto, várias vacinas, num tão curto espaço de tempo, é de facto um feito
420 notável.-----
421 A pandemia fez as notícias de todo o mundo e de Portugal. Foi aquilo que
422 dominou toda a atualidade mas, à nossa escala, é preciso dizer que de facto
423 tiveram que atuar. E, quem atuou, foi sobretudo o Município, as Juntas de
424 Freguesia, as Associações, as IPSS e a todos, em nome da Bancada do
425 PPD/PSD, agradeceu pelo esforço feito no combate a esta difícil
426 pandemia.-----
427 Relativamente aos Presidentes de Câmara, Vereadores, Presidentes de
428 Junta e todos os funcionários, enalteceu trabalho que fizeram para muitas
429 vezes irem mais além do que aquilo que as autoridades centrais
430 conseguiam, o que é normal que muitas vezes seja limitado. Evidenciou os
431 testes que muitas autarquias fizeram ao nível dos lares, por iniciativa
432 própria e outro tipo de apoios. São iniciativas que de facto fazem toda a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

433 diferença e mostraram que o poder local é de facto uma das nossas
434 principais conquistas enquanto democracia e é de facto fundamental na
435 vida das pessoas.-----

436 Em nome da bancada do PPD/PSD salientou uma boa notícia para Gouveia
437 e para toda a região alcançada com a aprovação do Orçamento de Estado
438 para 2021, referindo-se à redução das portagens em vários troços,
439 incluindo, a A25 e a A23, de 50%.-----

440 Bem sabemos que é um tema muitas vezes “quente” até aqui na política
441 distrital ou regional, o facto é que esta era uma medida mais do que justa e,
442 como foi justificado pelo PSD, promotor da proposta de alteração ao
443 Orçamento, justificava-se e era justa, na medida em que as grandes áreas
444 metropolitanas de Lisboa e Porto tiveram apoios aos passes sociais no
445 Orçamento de Estado, na ordem dos 50%, que permitiu reduzir em muito o
446 valor desses passes sociais e que teve efeitos muito positivos nos
447 transportes públicos.-----

448 Ora, à nossa escala, não temos a rede de transportes públicos, não temos o
449 metro ou o comboio para nos movermos na região, contudo, aquelas vias
450 são fundamentais para tantas empresas que exportam e vivem da
451 distribuição. E, tal como o PSD afirmou quando apresentou essa proposta,
452 é mais do que justo para o Interior que se faça esta redução de 50%. E,
453 50%, é um corte mesmo fantástico, permite a empresas que têm gastos
454 enormes com portagens, reduzir esse custo para metade e assim investir na
455 criação de mais postos de trabalho e na melhoria do seu negócio.-----

456 Para além disso, é um atrativo para o turismo e para quem nos visita. Deixa
457 de ser tão caro visitar a nossa região, e outras, e para quem vive em
458 Gouveia ou em Celorico e trabalha na Guarda ou na Covilhã, uma redução
459 de 50%, é de facto uma grande ajuda no orçamento mensal das famílias.----

460 Na discussão do Orçamento de Estado foi uma oportunidade do PSD fazer
461 aprovar essa proposta. Assim, é justo que a bancada do PSD realce o papel
462 fundamental do Senhor Deputado Carlos Peixoto para que esta fosse a
463 proposta que o PSD - no pouco que conseguiu na sua negociação - fizesse
464 aprovar.-----

465 Deixou registado em Ata uma referência ao falecimento de Henrique
466 Garcia, militante e amigo do PSD. Também à “menina” Luzita e Eduardo
467 Lourenço a quem aconselhou a leitura do livro “O Labirinto da Saudade” e
468 a visualização do fantástico documentário exibido recentemente na RTP1.--

469 Num ano tão difícil como o de 2020, onde, sobretudo, as gerações mais
470 jovens ficaram um pouco mais em pânico, porque deixaram de fazer aquilo
471 a que estavam habituadas e vimos os idosos, aqueles que mais sofreram



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

472 pelo enclausuramento a que estiveram sujeitos, não deixa de ser curioso
473 que os dois maiores sinais de esperança que se verificaram em 2020, sejam
474 de dois jovens de 78 anos, referindo-se a Joe Biden e Paul McCartney, que
475 acaba de lançar aos 78 anos de idade um novo álbum. Estas duas
476 personalidades mostram que de facto a idade está simplesmente na nossa
477 cabeça.-----

478 **c) Direito de resposta do Presidente da Câmara ou de quem o substitua**
479 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara iniciando a sua
480 intervenção, referindo que esta é a última sessão de 2020. Um ano que é
481 para esquecer rapidamente, desde logo, pela perda da liberdade, a liberdade
482 da confraternização, a liberdade dos afetos, a liberdade da circulação, em
483 resultado desta terrível pandemia que continua a afetar grandemente as
484 nossas vidas e, infelizmente, vai continuar. Espera que 2021 seja bem
485 melhor do que foi 2020.-----

486 Associou-se aos aniversários do Club Camões, da Sociedade Musical
487 Gouveense Pedro Amaral Botto Machado, Banda Filarmónica de
488 Moimenta da Serra e do Arcozelo Futebol Clube. São alguns dos vultos do
489 nosso movimento associativo e que nós assinalámos os seus aniversários.
490 Algumas delas com mais de cem anos de vida e que certamente vão
491 continuar. Tem sido um ano muito complicado vendo-se privadas de
492 divulgar as suas qualidades, com as enormes dificuldades que isso tem
493 acarretado para a sua saúde financeira. Certamente que todas as associações
494 do concelho, que constitui grande parte da sua riqueza, vão continuar por
495 muitos e bons anos, apesar destas adversidades.-----

496 ----- Respondendo ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de
497 Gouveia, no que diz respeito à iluminação pública, de facto esta situação
498 tem-se vindo a arrastar. Por mais reclamações que se façam, por mais
499 reuniões que se realizem com a própria administração da EDP Distribuição.
500 Se a Câmara consegue contatar mais facilmente a EDP, o que é certo é que
501 depois a execução das reclamações, tal continua a não funcionar. A EDP
502 Distribuição, por uma forma talvez mais virada para a redução de custos do
503 que propriamente pela qualidade de serviço que presta, tem vindo a
504 contratar empreiteiros que depois não têm capacidade em termos de
505 número de operacionais para rapidamente ultrapassarem as reclamações
506 apresentadas. Temos sistematicamente, através do Sr. Eng.º Rui Paulino,
507 esse trabalho, no sentido de dar andamento às reclamações existentes mas,
508 infelizmente, a resolução dos problemas não é aquela que todos
509 gostaríamos.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

510 Relativamente aos caminhos rurais, de facto muitos deles foram arrançados.
511 Este ano foram requalificados 95 quilómetros de caminhos florestais/rurais.
512 Mas, muitos deles, como é o caso do Caminho do Azeveiro, Caminho do
513 Jancão e Caminho de Santo António, de facto são situações muito
514 complicadas e, por isso, está inscrito no Orçamento uma verba para que,
515 em 2021, possam proceder ao alcatroamento do Caminho do Jancão e do
516 Caminho de Santo António, para ultrapassar as dificuldades que estes
517 caminhos têm, nomeadamente, de escoamento de águas pluviais. Sendo
518 que, se for possível, ainda iniciarão a intervenção no Caminho do
519 Azeveiro.-----

520 Relativamente à questão do Plano, a nossa prática tem sido no sentido de
521 dar prioridade aos caminhos onde mais transitam pessoas, mas, sem
522 excluir, quaisquer outros, desde que possível pois, como todos
523 compreenderão, não é possível, anualmente, intervencionar todos os
524 caminhos.-----

525 ----- Em resposta ao Senhor Deputado Constantino Matos (CDU) quanto
526 à questão de habitabilidade, não tem, neste momento, informação concreta
527 para lhe prestar.-----

528 Associou-se ao Voto de Pesar deste grande vulto da cultura portuguesa e
529 grande beirão, Eduardo Lourenço, bem como da menina Luzita, um ícone
530 de Gouveia pela sua afabilidade e pela sua disponibilidade para ajudar
531 todos, pelo seu sorriso permanente com que se dirigia a todos. Mas,
532 também, Henrique Garcia, um gouveense sempre muito interessado,
533 preocupado com os assuntos do seu concelho e que, infelizmente, a vida já
534 levou e que nesta Assembleia Municipal teve a possibilidade de expressar a
535 sua preocupação e visão para o seu concelho. Dirigiu às suas famílias os
536 mais sentidos pêsames.-----

537 ----- À intervenção do Senhor Deputado António Machado (PPD/PSD)
538 concordou que de facto se vivem tempos muito complicados devido a esta
539 pandemia e concorda com a referência que fez ao trabalho dos Senhores
540 Presidentes de Junta, dos trabalhadores e responsáveis pelas IPSS do nosso
541 concelho, que fazem um trabalho notável no sentido de evitar, o mais
542 possível, problemas para a saúde dos utentes e trabalhadores. A Câmara
543 Municipal esteve desde o início ao lado das IPSS, seja através do
544 fornecimento de material de proteção ou na realização de testes sempre que
545 solicitado.-----

546 Neste sentido, a Câmara Municipal tem tomado uma série de medidas que
547 são conhecidas por todos no sentido de ajudar também de uma forma
548 enérgica o próprio sector económico do concelho, seja no apoio ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

549 pagamento de rendas, no apoio ao pagamento de prestações bancárias, mas
550 também na redução da água. Agora, estão também com campanhas mais
551 direcionadas para o sector comercial com um programa em que pretendem
552 estimular as compras no comércio local, através da utilização de vouchers,
553 em que se prevê a transferência para a economia local diretamente da
554 Câmara Municipal, de €60.000, a que acresce mais €10.000 pelos prémios
555 que serão objeto do sorteio. -----
556 Face a esta circunstância de terem sido colocados numa classificação de
557 concelho de “Risco Muito Elevado”, com os constrangimentos que tal
558 acarretou, nomeadamente, para o sector da restauração, estão a apoiá-los no
559 serviço de entrega ao domicílio. Tem conhecimento que este fim-de-
560 semana já houve uma boa adesão da parte dos consumidores. Espera que tal
561 continue, pois é uma forma de todos solidariamente ajudarem um sector
562 que consideramos importante no nosso concelho.-----
563 Relativamente aos investimentos no concelho, apesar de todo este tempo
564 que estamos a viver, a verdade é que se têm intensificado os investimentos
565 no concelho de Gouveia, em diferentes setores, seja no setor do vinho, do
566 enoturismo, seja também no sector industrial até com a procura de métodos
567 inovadores, seja também na área da hotelaria e turismo.-----
568 E, nesta área, não pode deixar de fazer referência ao Programa Revive
569 Natureza, no qual o Governo colocou um conjunto de imóveis do Estado,
570 em que a maior parte deles estavam ao abandono, como é o caso da Quinta
571 do Seixal que, felizmente, está a ter muita procura por parte de pessoas
572 interessadas com ligação à hotelaria, mas não só, e que a Câmara tem
573 apoiado na realização de visitas. Espera que as candidaturas, que podem ser
574 apresentadas até meados de fevereiro, aquele que ganhar que seja para
575 desenvolver um programa muito interessante para o concelho de Gouveia,
576 sendo que, de acordo com o regulamento, a única finalidade possível é para
577 equipamento hoteleiro.-----
578 Relativamente à rede de percursos pedestres, houve uma articulação com os
579 Senhores Presidentes de Junta de ser efetuada a limpeza de vários desses
580 caminhos e a sua sinalização. Ao mesmo tempo estamos a preparar a Rota
581 de Vale Cadela. É uma rota muito interessante porque vai ligar desde o
582 Curral do Negro até à Mata do Dique. Vai permitir partir do centro da
583 cidade até à parte alta do concelho. Precisamente por isso é que concluída
584 esta, para além de outras que estão a preparar, até por solicitação do seu
585 interesse por parte dos Senhores Presidente de Junta, posteriormente,
586 faremos em conjunto a sua homologação que é importante não só para a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

587 sua sinalização junto de instituições do turismo, como também para desta
588 forma poderem promover ainda melhor nos respetivos mercados turísticos.-
589 No que se refere ao ponto de situação das obras nos Bellinos, a obra da
590 parte exterior está quase a terminar e estão na fase de intervenção de
591 trabalho muito adiantado na Requalificação da Antiga Fábrica, que será um
592 espaço de *cowork*.-----

593 Já o Mercado Municipal, neste momento, o seu espaço interior nada tem a
594 ver com aquilo que era, não só em termos da própria comodidade, mas
595 também de apoios aos comerciantes e utilizadores. Vamos passar a ter uma
596 ligação interior à Rua da Cardia e à Av. dos Bombeiros Voluntários, para
597 além de um conjunto diverso de mais-valias que ali se vão verificar. A
598 maior é a possibilidade de haver estacionamento automóvel, uma parte
599 coberta e outra parte descoberta, correspondendo a cerca de cinquenta
600 lugares de estacionamento, o que vem reforçar a oferta de estacionamento
601 naquela zona. Para meados de abril/maio o Mercado estará a ser utilizado e
602 a zona dos Bellinos, em agosto, esperamos que possa estar em condições de
603 ser utilizada, bem como o próprio espaço renovado da antiga fábrica.-----

604 ----- Em resposta ao Senhor Deputado José António Manta (PS),
605 informou que a Câmara teve conhecimento desse programa na altura da sua
606 exibição. Este programa teve a ver com uma parceria da Câmara Municipal
607 de Lisboa no âmbito de uma iniciativa em termos ambientais, em que
608 escolheu, no caso da Serra da Estrela, os três concelhos que tinham mais a
609 ver com a envolvente da Torre, ou seja, Seia, Covilhã e Manteigas. O
610 Município de Gouveia não foi convidado para estar presente no programa.
611 Os seus organizadores entenderam fazer assim o programa como
612 entenderam e foi da responsabilidade das entidades que o organizaram. É
613 uma parceria que se concretizou com outras áreas protegidas e outras zonas
614 do país, mas é um programa que tem que ver com uma parceria entre a TSF
615 e a Câmara Municipal de Lisboa.-----

616 ----- Em resposta à Senhora Deputada Daniela Oliveira (PPD/PSD)
617 relativamente ao programa “Gouveia Entrega”, de facto foi um programa
618 para apoiar este sector fundamental do concelho que é a restauração. Das
619 informações que tem, até agora, houve bastante adesão a este programa.
620 Espera que possa ter ajudado o sector da restauração e que continue a
621 ajudar nos próximos fins de semana em que este programa vai vigorar.-----

622 ----- Em resposta à Senhora Deputada Cezarina Maurício (PS) associou-
623 se ao voto de pesar pelo falecimento deste vulto das Letras, Humanista e
624 Beirão, Eduardo Lourenço e que, há alguns anos, esteve na Biblioteca
625 Municipal a propósito de um encontro sobre Vergílio Ferreira e a sua obra.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

626 Também a Câmara expressou publicamente o lamento pelo seu
627 falecimento. Também se associou ao voto de pesar pelo falecimento de
628 Henrique Garcia. De facto, este ano de 2020, tem sido um ano de
629 falecimentos de pessoas com imenso valor, pessoas muito úteis e que,
630 infelizmente, não irão continuar entre nós.-----

631 Quanto à intervenção nos caminhos florestais e ao facto de não se abranger
632 todas as Freguesias, esta questão já foi colocada em reunião de Câmara e já
633 foram explicadas as razões que motivaram a seleção dos caminhos que
634 foram intervencionados. Essa questão tem a ver concretamente com a
635 Freguesia de Nespereira e já foram prestadas as devidas explicações e o
636 Técnico Eng.º Hugo Teixeira também já prestou os devidos
637 esclarecimentos. Todas as Freguesias são iguais e merecem toda a atenção
638 e cuidado.-----

639 Relativamente ao programa de concessão da Quinta do Seixal, espera que o
640 candidato que venha a ganhar seja uma mais-valia, desde logo, para a
641 requalificação do espaço, mas, uma mais-valia, maior será, para além da
642 requalificação, se efetivamente aquele espaço, no seu conjunto, se tornar
643 num polo de atração e dinamização turística de Gouveia, que bem necessita
644 de mais alojamento turístico.-----

645 Relativamente ao trabalho desenvolvido pelas Juntas de Freguesia e IPSS
646 do concelho no combate à pandemia, já teve a oportunidade de se referir.
647 Acrescentou que este trabalho fundamental desempenhado por estas
648 entidades também não deixou de ser apoiado e acompanhado pela Câmara
649 Municipal. -----

650 ----- Em resposta à Senhora Deputada Isabel Nascimento (PPD/PSD) no
651 que diz respeito ao Estatuto do Cuidador Informal, espera que, ao fim de
652 tanto tempo, este Estatuto seja uma realidade, que seja devidamente
653 acarinhado por parte de quem de direito, sendo que, da parte dos serviços
654 municipais de ação social isso não deixará de acontecer, é para isso que
655 estão sempre presentes.-----

656 ----- À intervenção do Senhor Deputado Ricardo Morgado (PPD/PSD) no
657 que diz respeito à redução das portagens em 50%, foi talvez das boas
658 notícias deste ano. Espera que efetivamente tal se concretize com notórios e
659 efetivos ganhos, seja para as pessoas individualmente, aquelas que
660 diariamente se têm que deslocar por questões de trabalho e têm que utilizar
661 estas vias, como também para as empresas, pois são custos de
662 funcionamento muito pesados e que certamente desta forma podem ajudar
663 bastante estas nossas empresas a poderem canalizar alguma da sua
664 capacidade financeira para novos investimentos ou então para ampliar os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

665 seus investimentos que já efetuam e, nessa medida, todo este território
666 poder ganhar. Ganhar por essa nova dinâmica e também pela dinâmica que
667 pode resultar em ganharmos uma nova atratividade para todos aqueles que
668 querem conhecer este território e muitas vezes não vinham porque tinham
669 que pagar portagens, pois tínhamos as portagens mais caras. Para uma zona
670 do Interior do País, em que se fala muito na palavra coesão, contudo, na
671 prática não se aplica e, desta forma, com esta medida, é uma forma de
672 começar a ganhar um outro ânimo e concretização.-----
673 Parabéns a todos aqueles, nomeadamente, ao nosso conterrâneo Carlos
674 Peixoto, que muito se bateu por esta medida, mas não só, a todos os outros
675 movimentos que neste território da nossa Comunidade Intermunicipal
676 lutaram e lutam por esta causa. E, finalmente, em 2020, tenha resultado em
677 algo positivo, ao contrário do resto do ano que foi muito negativo e que
678 2021 seja muito diferente.-----
679 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de
680 Gouveia referindo que, em relação aos caminhos rurais, depreendeu das
681 palavras do Senhor Presidente da Câmara que seria intenção intervencionar
682 o Caminho do Jancão e o Caminho de Santo António, ficando para segundo
683 plano o Caminho do Azeveiro. O Caminho de Santo António, é um
684 caminho que liga Gouveia a Vinhó, é um caminho pedonal onde não passa
685 nenhuma viatura, onde não passa um tractor e, portanto, não é de todo
686 prioritário. A manutenção desse caminho tem sido feita, na respetiva área
687 de abrangência, pelas duas Juntas de Freguesia e basta apenas mantê-lo
688 limpo e transitável para que as pessoas possam fazer as suas caminhadas a
689 pé.-----
690 O Caminho do Azeveiro arrisca-se a que os muros de suporte um dia destes
691 desabem e desta feita ficam sem caminho. Se há caminho prioritário na
692 área de freguesia de Gouveia, o Azeveiro é um deles, se não for a primeira
693 prioridade com o Jancão, será seguramente das principais prioridades ao
694 nível da manutenção da sua plataforma.-----
695 O Caminho do Jancão é um caminho que liga duas freguesias, quando se
696 fala neste caminho estão a falar na possibilidade de chegar à zona de Vinhó
697 através da Cardosa e chegar à estrada municipal que liga à localidade. Não
698 é um caminho exclusivo da freguesia de Gouveia ou de Vinhó.-----
699 Pediu ao Senhor Presidente da Câmara para que reveja as prioridades em
700 termos de manutenção dos caminhos, porque de todo o Caminho de Santo
701 António não é de perto, nem de longe, uma prioridade em termos da sua
702 manutenção.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

703 Em relação às portagens, assunto suscitado pelo Senhor Deputado Ricardo
704 Morgado (PPD/PSD), era previsível que o assunto fosse desencadado, pois
705 o tema é recorrente e debatido em outras Assembleias Municipais, como
706 Guarda e Mêda, era natural que o tema viesse à colação. Deste modo,
707 procedeu à leitura da seguinte declaração política, que só a si
708 responsabiliza enquanto autarca de freguesia e enquanto membro desta
709 Assembleia, não tendo ligação funcional nenhuma, neste caso em concreto,
710 com aquilo que pensa o grupo parlamentar do seu partido:-----

“DECLARAÇÃO

PORTAGENS: A DEFESA QUE IMPORTA

711
712 *Orgulho-me, enquanto português do Interior e enquanto socialista, que*
713 *tenha sido um Governo do PS, em 1997, chefiado por António Guterres, a*
714 *lançar as bases, iniciar e concretizar uma nova rede de novas estradas*
715 *que, então, no conceito preconizado pela União Europeia se inseria num*
716 *modelo denominado de SCUT, ou seja, a abreviatura de Portagens "Sem*
717 *custos, ou sem cobrança, para o utilizador".-----*

718
719 *Assim foi possível um investimento fundamental na mobilidade e na*
720 *consequente coesão territorial, social e económica do país, com destaque*
721 *para as novas vias do interior, como são hoje a A23, a A24 e a A25, só*
722 *para falar naquelas que nos são mais próximas.-----*

723 *O processo de afirmação e consolidação destas novas vias e do seu modelo*
724 *de financiamento nunca foi pacífico do ponto de vista político, havendo*
725 *quem defendesse, desde o início, o "princípio do utilizador-pagador",*
726 *nomeadamente o PSD.-----*

727 *Como todos devem estar lembrados, esta tese vingou a partir do ano 2000*
728 *com a mudança de governo e a entrada em exercício dum governo social-*
729 *democrata, chefiado por Durão Barroso, que defendia que os encargos do*
730 *Estado com as concessões SCUT eram - e passo a citar - "um grave*
731 *problema orçamental e que a introdução de portagens reais nas auto-*
732 *estradas nessas concessões eram a única forma de o resolver" (fim de*
733 *citação).-----*

734 *Este foi o momento de mudança para a introdução de portagens naquelas*
735 *vias, sem qualquer tipo de discriminação positiva em relação às SCUT do*
736 *interior do país.-----*

737 *Em 2010, na eminência da discussão do PEC 4, cujo chumbo, como todos*
738 *se recordam, levou ao resgate e à intervenção da célebre troika, quis o*
739 *primeiro-ministro da altura, José Sócrates, poupar ao pagamento ou*
740 *aumento das portagens, precisamente as auto-estradas do interior,*
741 *deixando de fora dessas isenções as vias das grande áreas metropolitanas.*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUEIA

742 *Todos nos lembramos da posição de alguns privilegiados autarcas da*
743 *altura, como Rui Rio, Presidente da Câmara do Porto e da respetiva área*
744 *metropolitana.-----*

745 *Cito o que actual Presidente do PSD referiu na altura e profusamente*
746 *divulgado pelos jornais e televisões: "Ou pagam todos, ou não paga*
747 *ninguém".-----*

748 *Deu no que deu: Estamos todos a pagar!-----*

749 *Belo exemplo de solidariedade para com os mais desfavorecidos, digo eu...*
750 *Daí para cá, a questão das portagens tem sido um tema recorrente para*
751 *alguns jogos florais e fait-divers de carácter político-partidário que dão*
752 *sempre jeito numa determinada circunstância temporal ou conjuntura*
753 *política.-----*

754 *Em 2109, todos se recordam, os deputados socialistas eleitos pelos*
755 *Distritos da Guarda e de Castelo Branco votaram favoravelmente*
756 *projectos de resolução apresentados pelo PCP, Bloco de Esquerda e "Os*
757 *Verdes" que defendiam o fim de cobrança de portagens na ex-SCUT.-----*

758 *Os Deputados do PSD da Guarda - na altura Carlos Peixoto e Ângela*
759 *Guerra - abstiveram-se, com uma argumentação tão mal-amanhada que*
760 *foi o que se viu, caiu-lhes em cima "o carmo e a trindade."-----*

761 *Aliás, diga-se, a talhe de foice e em abono da verdade, que NUNCA, repito*
762 *NUNCA, vimos os deputados eleitos pelo PSD/Guarda, mesmo em tempo*
763 *de governos maioritários, da sua cor política, a propor, fosse em que*
764 *circunstâncias fossem, descontos, reduções ou abolições de portagens.-----*

765 *Agora, foi a vez do Deputado Carlos Peixoto inventar uma "habilidade",*
766 *em conluio com o Bloco de Esquerda, conseguindo a aprovação, (em sede*
767 *comissão de especialidade da qual nenhum deputado do PS eleito pela*
768 *Guarda faz parte) dum proposta de redução de 50% nos custos das*
769 *portagens, com a incoerência de, ao mesmo tempo, votar contra o próprio*
770 *Orçamento de Estado, ou seja, contra aquilo que "conseguiram" na*
771 *comissão especializada de Orçamento e Finanças.-----*

772 *Uma mera contradição? Não! Uma falácia, uma reprovável postura de*
773 *"esperteza-saloia", do pior que pode haver no desempenho dum função*
774 *parlamentar a que se exige seriedade.-----*

775 *(Isto até me fez lembrar um velho episódio, que até deu para rir, passado*
776 *nesta Assembleia Municipal, nos idos dos finais dos anos 80, em que antes*
777 *de se votar uma proposta que estava em discussão, se votou primeiro uma*
778 *proposta de adenda à mesma. Resultado: a adenda foi aprovada e a*
779 *proposta principal, votada a seguir, não passou. Ficámos apenas com uma*
780 *adenda aprovada...)------*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

781 *Falo em meu nome pessoal e penso que interpreto igualmente o sentir*
782 *daquilo que, desde sempre, tem sido a posição oficial do PS/Gouveia.-----*
783 *Nós não somos a favor da política de "saldos" ou de "trocós" em relação*
784 *às SCUT.-----*
785 *Nós não nos contentamos com as reduções nas portagens que, já por duas*
786 *vezes, no Governo da "geringonça" ou no atual governo "sem geringonça"*
787 *foram efetuadas.-----*
788 *Nós não enaltecemos, nem alinhamos em "jogadas de mestre", na prosápia*
789 *do PSD, do seu Deputado eleito pelo Distrito ou pela Concelhia ou*
790 *Distrital social-democrata.-----*
791 *Eu, particularmente, e o PS/Gouveia na sua generalidade, somos por*
792 *aquilo que sempre defendemos. Aqui, na Assembleia Municipal, ou na*
793 *Assembleia de Freguesia, em todos os fóruns em que tenho participado.----*
794 *Nós não nos contentamos com descontos ou "promoções de vendas a*
795 *retalho".-----*
796 *Nós não rejubilamos com trocos nem com esmolos.-----*
797 *Eu sou, nós somos convictamente por aquilo que sempre defendemos: a*
798 *abolição pura e simples das portagens nas vias do interior do País, na*
799 *defesa da reposição daquilo que foi a sua criação original: um instrumento*
800 *de desenvolvimento, de discriminação positiva, de coesão territorial, social*
801 *e económica.-----*
802 *No fundo, somos seriamente pela justiça e pelo nobre exercício da política*
803 *com seriedade.-----*
804 *João Amaro”-----*
805 ----- Usou da palavra a Senhora Deputada Cezarina Maurício (PS)
806 referindo que a questão das portagens os remete realmente para a discussão
807 do Orçamento de 2020. Já aqui foi referido que estão no final de um ano
808 que foi muito difícil. Estamos no final de um ano que atravessa uma crise
809 que nunca foi igual e estamos num ano que tiveram pela primeira vez um
810 “Estado de Emergência” e acha que isto nos devia dizer a todos e,
811 principalmente, àqueles que têm a responsabilidade de atuar enquanto tal,
812 nomeadamente, pessoas e dirigentes políticos e eleitos da Nação e eleitos
813 locais.-----
814 O Orçamento é um documento estruturante para a gestão de um país e,
815 realmente, sem a aprovação desse Orçamento não poderiam governar o
816 País. Teríamos que recorrer a duodécimos do Orçamento de 2020,
817 significando a impossibilidade de arrecadar novas receitas e efetuar novos
818 investimentos e pagar despesas urgentes. E, pagar despesas urgentes,
819 incluem-se, por exemplo, as despesas do Serviço Nacional de Saúde. Vem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUEIA

820 a caminho uma vacina e quanto é que nos vai custar a todos esta vacina? –
821 Perguntou.-----
822 Para não falar da contratação de mais recursos humanos e de outro tipo de
823 gastos. Portanto, este Orçamento era importante e, pelos vistos, teve os
824 votos contra, nomeadamente, dos Deputados do PSD que, curiosamente,
825 também votaram contra a proposta da redução das portagens que também
826 fizeram tanta questão disso.-----
827 Considera que na política não vale tudo e a coerência deve ser uma
828 premissa para todos nós. Foi mencionado aqui o trabalho do Senhor
829 Deputado Carlos Peixoto, realmente, houve uma mudança total da posição.
830 Onde estava o Senhor Deputado e que argumentos é que utilizou para
831 combater a imposição de portagens em 2011? Já aqui foi falada a referência
832 em 2019. Mas, mais do que isso, é interessante ver como o Senhor
833 Deputado defende umas áreas do Interior, nomeadamente, através desta
834 redução de portagens, quando, em tempos, recordando o ano de 2015, ele
835 encontrou argumentos para defender o encerramento de serviços públicos
836 do seu círculo eleitoral, ou seja, do Distrito da Guarda.-----
837 O Senhor Presidente da Câmara falou na sua intervenção na necessidade de
838 “coesão”. É verdade, coesão para o Interior. A verdade é que Gouveia
839 também está no País e, este Orçamento, que foi aprovado mesmo à
840 tangente, traz novidades boas para o nosso Interior. É o caso do arranque
841 das obras da 2.ª Fase do Hospital da Guarda; alargamento de rede de
842 equipamentos e respostas sociais; investimento em infraestruturas (linha
843 ferroviária); deslocalização e criação de serviços públicos nas regiões do
844 Interior; reforço das competências dos Municípios e das entidades
845 intermunicipais, entre outros aspetos.-----
846 A segunda questão que abordou, ainda mais nesta situação concreta de
847 crise que estão a passar, realmente é preciso coesão, é preciso articulação.
848 É preciso trabalho em equipa, entre entidades públicas e nas entidades
849 públicas temos o poder local e poder central e instituições. E, realmente,
850 recordar e o Senhor Presidente fez questão de falar no papel da autarquia,
851 mas aqui também gostaria de frisar o papel do Estado Central e,
852 nomeadamente, os apoios que este Governo tem dado às autarquias, aos
853 Municípios e também às IPSS. E o Senhor Presidente e todos nós temos
854 beneficiado também desses mesmos apoios.-----
855 A sua última referência tem a ver mais uma vez com a intervenção nos
856 caminhos florestais no concelho. Quando disse que discordavam da forma,
857 considera que não pode haver decisões sem dar a voz e sem escutar todos
858 os intervenientes. Quando numa informação se diz que “*foram efetuados*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

859 *alguns contatos com alguns membros das Juntas de Freguesia” isto não*
860 *pode acontecer. Tem que ser dada a voz a todos e o processo tem que ser*
861 *transparente, nomeadamente, numa situação destas que é uma situação*
862 *importante para todas as freguesias.-----*
863 *----- Usou da palavra a Senhora Deputada Ana Paula Freitas (PS)*
864 *referindo que esta questão das portagens significa um corte de €1.500.000*
865 *no Orçamento de Estado em tempo de pandemia. Como afirmou o Senhor*
866 *Presidente da Câmara, este é de facto um período difícil, contudo, recordou*
867 *que noutros tempos de crise em que tiveram que ser implementadas as*
868 *portagens, foi também o tempo em que lhes foi cortado o vencimento, um*
869 *período difícil em que realmente os cortes tiveram que levar a isso.*
870 *Esperemos que o Estado que hoje gere o nosso País tenha outras formas de*
871 *gerir a situação. No entanto, parece-lhe muito paradoxal de facto que, por*
872 *um lado, se peça a redução de portagens e, por outro, chumba-se o*
873 *Orçamento que permite essa mesma redução.-----*
874 *Para finalizar, questionou em relação à evolução da pandemia no concelho*
875 *de Gouveia e qual a situação atual.-----*
876 *----- Usou da palavra o Senhor Deputado Ricardo Morgado (PPD/PSD)*
877 *referindo que o tema das portagens é de facto um tema importante, caso*
878 *contrário não tinha suscitado estas declarações. E, de facto, estava à espera*
879 *que o mesmo fosse abordado nesta sessão e noutras Assembleias*
880 *Municipais isso foi idêntico, é porque de facto é uma medida importante.*
881 *50% de corte nas portagens na A23 e A 25 para o concelho de Gouveia,*
882 *para o concelho de Celorico, da Guarda da Covilhã é muito importante.*
883 *Não falar no assunto é que seria estranho.-----*
884 *Já falou muitas vezes no tema das portagens, quer neste órgão, quer no*
885 *jornal onde escreve e se tivesse sido outro Deputado falaria na mesma,*
886 *porque considera positivo. E, considera, também, que apesar de ser um*
887 *tema que suscita alguma discussão deve ser dado o louvor ao Deputado*
888 *Carlos Peixoto. Mas se vão falar desta forma do tema também é bom não*
889 *esquecer o seguinte: as SCUTS deixaram de o ser com o Governo PS. O PS*
890 *governa há cinco anos, qualquer medida de redução de portagens - que*
891 *houve algumas, mínimas, é verdade – podiam ter sido propostas por um*
892 *Governo do PS. O PS tinha uma proposta - que até falou nela na última*
893 *Assembleia - de 25% de corte à oitava passagem.-----*
894 *O Orçamento tem duas fases de discussão, na generalidade e na*
895 *especialidade. O PS, em governos PSD, também já votou contra os*
896 *Orçamentos, mas na especialidade conseguiu inserir algumas propostas. É*
897 *jogo político, faz parte e o PSD fez o dele e teve impactos positivos. Agora,*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUEIA

898 não vamos é dizer que é este valor de um milhão ou dois milhões ou três
899 milhões de euros que vão fazer falta ao Orçamento de Estado, quando, só
900 as propostas de alteração do PCP, contabilizam mais de mil milhões de
901 euros e quanto estão prestes a injetar na TAP mais de não sei quantos mil
902 milhões de euros. Se fosse o Deputado Santinho Pacheco, ou outro
903 Deputado, afirmaria da mesma forma que é uma proposta boa.-----
904 Podem até falar do utilizador/pagador, o Dr. Rui Rio sempre o defendeu,
905 como muita gente no PSD e noutros partidos, agora, pagar muito ou pagar
906 pouco é diferente e pagar uns e não pagarem os outros era o que estava a
907 acontecer. Em Lisboa tiveram os apoios que tiveram e para esta zona não
908 houve apoios nenhuns.-----
909 Desta vez, temos esta boa medida para o Interior, que foi por um Deputado
910 do PPD/PSD, como houve outras medidas no Orçamento que são do
911 Governo Socialista e que são boas medidas.-----
912 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara respondendo ao
913 Senhor Presidente da Junta de Gouveia, quando anteriormente referiu que
914 no Orçamento se encontra inscrita uma rubrica destinada ao Caminho do
915 Jancão, contemplando, também, o Caminho de Santo António, foi porque
916 os técnicos da Câmara Municipal, nomeadamente, o Sr. Eng.º António
917 Mendes, o referiu como necessário numa visita técnica ao local, em
918 articulação com o primeiro. Se se verificar que não é assim tão importante,
919 como o Sr. Presidente de Junta o refere, os €160.000 que estão destinados a
920 essa intervenção, reduzem-se em €100.000 e esse dinheiro que se retira irá
921 permitir avançar para a obra do Caminho do Azeveiro. Não terá qualquer
922 constrangimento em fazê-lo, se tecnicamente - e até com a colaboração do
923 Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Gouveia - assim for definido,
924 perfeito, avançam os dois, Caminho do Jancão e Caminho do Avezeiro.-----
925 Quanto às portagens, pensa que qualquer ganho que se tenha verificado é
926 positivo.-----
927 Em resposta à Senhora Deputada Cezarina Maurício (PS) referiu que a
928 Câmara Municipal está a aguardar por aquilo que foi prometido pelo
929 Estado, no que diz respeito à comparticipação de EPI's, testes e outro
930 material de proteção. Era para ser em junho, depois passou para setembro e
931 parece que será agora em dezembro. Contudo, a verba que virá já terá sido
932 muito rateada. Nesta questão da pandemia, se não tivesse sido o trabalho do
933 Município - que a Senhora Deputada se esqueceu de referir - e das Juntas
934 de Freguesia, o Estado não tinha conseguido fazer o seu.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUEIA

935 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa dando conhecimento
936 ao órgão do teor da carta remetida pela Deputada Ana Cristina Oliveira
937 (PS), a pedido da própria:-----

938 “*Ex.mo Senhor*-----
939 *Presidente da Mesa da A.M*-----

940 *Dr. Gil Barreiros*-----

941 *Serve o presente para comunicar a V.Ex^a a minha renúncia ao mandato*
942 *que vinha exercendo enquanto deputada eleita na Assembleia Municipal.*

943 *Foi uma decisão longa e devidamente ponderada.*-----

944 *Era, desde há muito, uma decisão que tentei adiar, dando durante muito*
945 *tempo o benefício da dúvida ao desempenho deste órgão, a que V.Ex^a*

946 *preside, e cuja prestação – na minha opinião - fica muito aquém dos*
947 *padrões de democraticidade exigíveis para o cabal exercício da sua*

948 *missão. Na verdade, esperava que pudesse ser um verdadeiro líder, capaz*
949 *de reunir e motivar os eleitos para um debate construtivo sobre Gouveia;*

950 *capaz de agregar vontades e sentidos críticos para uma real formação*
951 *democrática que nos tirasse do marasmo que vivemos. Nada disso*

952 *aconteceu, e cada tentativa de debate e de troca de ideias era recebida*
953 *com total desprezo e indiferença.*-----

954 *Como forma de protesto e entre um misto de desilusão e decepção e de*
955 *esforço pelo cumprimento de um dever que tomo a presente decisão.*-----

956 *Estando a menos de um ano do final do presente mandato, faço votos para*
957 *que todos o possam terminar com toda a dignidade e coragem.*-----

958 *Com a esperança que a minha decisão seja motivo de alguma reflexão*
959 *aos responsáveis.*-----

960 *Termino desejando um Feliz Natal e que ano 2021 seja melhor que 2020.*

961 *Com os meus respeitosos cumprimentos.*-----

962 *Ana Oliveira”*-----

963 Acrescentou o Senhor Presidente da Mesa, em relação ao teor da carta, que
964 as razões evocadas pela Senhora Deputada, são dela, e apresenta-as na

965 carta. Contudo, não aceita aquilo que refere em relação ao Presidente da
966 Assembleia, de menos democraticidade deste órgão, porque está a envolver

967 todos os deputados eleito. Nunca neste órgão houve uma posição de menos
968 democraticidade, é de opinião que ninguém os pode acusar disso e, em

969 relação ao Presidente da Assembleia Municipal, ninguém o pode acusar de
970 não ter um comportamento democrático, nomeadamente, em termos da

971 liberdade que sempre concedeu a todos os Senhores Deputados, excedendo
972 os tempos para intervirem e dando toda a liberdade para as pessoas se

973 expressarem.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

974 Lamenta que certas frustrações se traduzam nisto, lamenta que tenham
975 perdido um membro. Lamenta, mas não aceita.-----
976 ----- Solicitou o uso da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia
977 de Gouveia para prestar o seguinte esclarecimento à Mesa. Não é sua
978 intenção fazer qualquer juízo de valor em relação ao conteúdo da carta da
979 Sra. Ana Oliveira, nem juízo de valor acerca da resposta que o Senhor
980 Presidente entende por bem prestar ao plenário, não é isso que está em
981 causa, nem se devem imiscuir nessa questão. Ela apresenta as suas razões,
982 o Senhor Presidente da Mesa apresenta a sua defesa e muito bem e muito
983 justamente. O seu pedido de esclarecimento é no sentido de saber se o
984 Senhor Presidente da Mesa está disposto a ler da mesma forma a carta da
985 renúncia de mandato da Deputada Cátia Caramelo.-----

986 ----- Respondeu o Senhor Presidente da Mesa informando que a Senhora
987 Deputada Ana Cristina Oliveira solicitou a leitura da carta: “*PS- Agradecia*
988 *a V.Ex^a a leitura na integra deste email na AM do 21.12.2020*”.-----
989 A Sra. Deputada Cátia Caramelo não pediu para que a sua carta fosse lida,
990 nem fez menção que fossem divulgadas as razões. Em todo o caso essa
991 carta encontra-se arquivada nos serviços da Assembleia para consulta e não
992 tem nenhum problema na sua divulgação.-----

II - PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO”

994 ----- Não se verificou a intervenção por parte do público presente.-----

III – PERÍODO DE “ORDEM DO DIA”

996 **PONTO 1 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE**
997 **TRANSFERÊNCIA DE NOVAS COMPETÊNCIAS AO**
998 **ABRIGO DA LEI N.º 50/2018 E RESPETIVOS**
999 **DIPLOMAS SETORIAIS**

1000 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal
1001 autorizando o Senhor Presidente da Câmara a apresentar este ponto da
1002 ordem de trabalhos.-----

1003 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que esta
1004 questão já é conhecida de todos os Senhores Deputados. É novamente
1005 presente a este órgão, porque de acordo com o Decreto-Lei n.º 21/2019, de
1006 30 de janeiro, se a Assembleia Municipal deliberar que, no domínio da
1007 educação, o Município não deve assumir essas competências no ano de
1008 2021, deve comunicar esse facto até ao dia 31/12/2020. Entendemos que a
1009 Câmara Municipal de Gouveia não deve assumir estas competências,
1010 porque continua a haver várias falhas nesta questão da transferência de
1011 competências para os Municípios.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1012 Ao nível da educação, é uma competência muito importante e que a
1013 Câmara Municipal deve assumi-la quando todos os factores que devem ser
1014 tidos em conta para a decisão estiverem devidamente esclarecidos. Aquilo
1015 que têm vindo a verificar, até por outros Municípios que assumiram a
1016 competência, é que estão descontentes e sentem-se de alguma forma
1017 atraídos, porque pensavam que em relação ao financiamento desta
1018 competência ela seria mais robusta. A questão do pessoal, a articulação
1019 entre o Ministério da Educação e as autarquias seria mais transparente e
1020 isso não tem acontecido.-----

1021 Portanto, entendem que, por estas razões, não devem assumir esta
1022 competência da educação, aguardando que o próprio financiamento, as
1023 competências e obrigações que os Municípios assumem em relação
1024 também ao próprio edificado sejam melhor esclarecidos e a componente
1025 financeira robustecida.-----

1026 Na área social, já foi aprovado o diploma, mas ainda falta um conjunto de
1027 Portarias que vêm regulamentar a concretização na prática desta
1028 competência e também por aí propõem a sua não aceitação em 2021.-----

1029 ----- De seguida o Senhor Presidente da Mesa declarou abertas as
1030 inscrições para os Senhores Deputados que pretendessem intervir.-----

1031 ----- Usou da palavra o Senhor Deputado Rui Filipe Monteiro (PS)
1032 procedendo à leitura do seguinte documento:-----

1033 *“A Bancada do Partido Socialista no que concerne à Proposta de*
1034 *Transferência de novas Competências ao abrigo da Lei n.º 50/2018, vem*
1035 *mais uma vez lamentar que ponham à discussão e votação em conjunto*
1036 *dois diplomas sectoriais, Educação e Ação Social, pois dessa forma não*
1037 *será possível fazer um debate e votação em separado, sendo que as razões*
1038 *para o sentido de voto num diploma são diferentes do outro.-----*

1039 *Fazendo a análise aos considerandos apresentados no que concerne à*
1040 *Ação Social, Decreto-Lei N.º 55/2020, de 12 de agosto, seria pacífico o*
1041 *voto contra, uma vez que ainda há portarias que ainda não estão*
1042 *publicadas, e é de bom senso não aceitar algo que não tenha todas as*
1043 *regras do jogo definidas.-----*

1044 *Já no que concerne ao Diploma da Educação a história é diferente, pois é*
1045 *um processo que já aqui foi discutido nas sessões de 29/01, 30/04 e 16/12*
1046 *de 2019, ou seja, já passámos 2 anos com isto.-----*

1047 *Na sessão de abril ouvimos o Senhor Vereador Joaquim Lourenço, à altura*
1048 *responsável pelo pelouro da Educação, referir que “a Câmara entendeu*
1049 *por unanimidade que tendo decorrido já 1/3 do ano de 2019, face aos*
1050 *rácios de pessoal que são apresentados nos mapas, manifestamente*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUEIA

1051 *insuficientes de acordo com a gestão do Agrupamento, face àquilo que são*
1052 *as propostas financeiras a transferir para o Município que são ipsis verbis*
1053 *aquilo que foi o orçamento do Agrupamento no ano de 2018,*
1054 *manifestamente insuficiente declarado pela gestão do mesmo e por todos*
1055 *os seus órgãos, face àquilo que são a insuficiência de verbas destinados à*
1056 *aquisição de equipamentos, requalificação dos edifícios. O alerta do*
1057 *Senhor Diretor do Agrupamento de Escola de Gouveia foi que, em 2007,*
1058 *foram adquiridos computadores e vídeo projetores. Decorreram doze anos,*
1059 *estes equipamentos, cerca de 250 computadores, vão começar a falhar.-----*
1060 *A nossa proposta é que em 2019 não se aceite a transferência de novas*
1061 *competências. Entretanto existe uma Comissão própria constituída no*
1062 *âmbito do Conselho Municipal de Educação, que está a analisar o assunto*
1063 *e a fazer uma contraproposta ao Senhor Secretário de Estado do modo*
1064 *como podemos receber as competências para 2020, mas sob determinadas*
1065 *condições.”-----*
1066 *Colocamos as seguintes questões:-----*
1067 *1. A Comissão constituída no âmbito do Conselho Municipal de*
1068 *Educação, já analisou e fez o estudo?-----*
1069 *2. Foi feita alguma contraproposta à Secretaria de Estado?-----*
1070 *3. Se sim, onde estão esses documentos, e, porque não é dado*
1071 *conhecimento aos deputados que aqui têm assento?-----*
1072 *Só com o conhecimento cabal das propostas/estudos da secretaria de*
1073 *Estado e da Comissão da Educação é que poderemos tomar uma decisão*
1074 *fundamentada.-----*
1075 *Pelos motivos aduzidos a bancada do Partido Socialista irá votar pela*
1076 *Abstenção.”-----*
1077 *----- Usou da palavra o Senhor Deputado Constantino Matos (CDU)*
1078 *referindo que a Bancada da CDU vai votar favoravelmente a pretensão do*
1079 *Município, não pelas mesmas razões, mas por razões políticas.-----*
1080 *----- Usou da palavra o Senhor Deputado António Machado (PPD/PSD)*
1081 *referindo o seguinte:-----*
1082 *“A bancada do PPD/PSD vota favoravelmente a proposta apresentada*
1083 *pelo executivo municipal de não aceitação das competências no âmbito da*
1084 *educação e ação social.-----*
1085 *Compreendemos a posição do executivo em declinar as competências que*
1086 *o poder central pretendia atribuir-nos no setor da educação, porque as*
1087 *verbas propostas eram manifestamente insuficientes para poder assumir.---*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1088 *Se há sector em que somos exemplo é no da educação, por isso queremos*
1089 *ainda fazer melhor e não é assim desta forma que se consegue fazer*
1090 *melhor.*-----

1091 *Recorde-se, também, que o processo de transferência em matéria da ação*
1092 *social carece ainda da publicação das necessárias portarias*
1093 *regulamentadoras o que, aliado à complexidade do processo de*
1094 *transferência e dos riscos associados às áreas de intervenção elencadas, as*
1095 *condições e as suas implicações fazem manter preocupações relativamente*
1096 *aos encargos financeiros, afetação de recursos humanos e procedimentos*
1097 *contratuais, documentais e organizacionais inerentes ao exercício desta*
1098 *competência.*-----

1099 *Esta Assembleia sabe que o Município de Gouveia tem feito um esforço*
1100 *que vai muito para além das suas responsabilidade para resolver os*
1101 *problemas sociais, dos municípios e das famílias em situação de fragilidade*
1102 *social, pelo que aceitar novas competências neste domínio sem conhecer as*
1103 *verbas que vão estar associadas ao processo seria comprometer esse*
1104 *trabalho, tanto mais que os encargos aumentariam, consideravelmente e a*
1105 *Câmara Municipal ver-se-ia obrigada a assumi-los sem suporte financeiro*
1106 *da administração central”.*-----

1107 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara que, em resposta ao
1108 Senhor Deputado Rui Filipe Monteiro (PS), referiu que esta questão das
1109 competências, não foi ainda colocada este ano em Conselho Municipal de
1110 Educação, face ao ano que estão a atravessar. Houve uma única reunião em
1111 setembro, relacionada com o arranque do novo ano letivo e este assunto
1112 não foi colocado face aos assuntos que havia a discutir relacionados com a
1113 pandemia. A proposta mantém-se e, em tempo oportuno e a própria
1114 evolução da pandemia o possa permitir, essa questão será devidamente
1115 colocada. Mais informou que não houve nenhuma contraproposta à
1116 Secretaria de Estado, não é negociado “peça a peça”, há critérios que são
1117 gerais e, nesta matéria, estão espelhados e o assunto resolvido.

1118 ----- Usou novamente da palavra o Senhor Deputado Rui Filipe Monteiro
1119 (PS) aceitando a resposta, no entanto, a passagem que leu anteriormente diz
1120 respeito à sessão de abril de 2019. A pandemia começou em dezembro de
1121 2019, pelo que questionou se, de abril a dezembro, não houve nenhuma
1122 reunião. Esclareceu que só falou na contra-proposta, porque, na altura, isso
1123 foi falado pelo Senhor Vereador.

1124 ----- Interveio o Senhor Presidente da Mesa informando que a última
1125 reunião do Conselho Municipal de Educação foi em setembro, na qual
1126 esteve presente em representação deste órgão.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1127 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia colocando à
1128 votação a **Proposta de Transferência de novas Competências ao abrigo**
1129 **da Lei n.º 50/2018 e respetivos diplomas sectoriais**, tendo sido deliberado
1130 o seguinte:-----

1131 Considerando:

- 1132 • A lei quadro de transferência de competências para as autarquias
1133 locais e para as entidades municipais, aprovada pela Lei n.º 50/2018,
1134 de 16 de agosto, veio estabelecer que a concretização da
1135 transferência de competências será feita de modo gradual, mediante
1136 comunicação por parte dos municípios, após previa deliberação dos
1137 seus órgãos deliberativos;
- 1138 • Os diplomas de âmbito setorial e a declaração de retificação n.º
1139 10/2019, publicadas, que vieram determinar que as entidades que não
1140 pretendam a transferência de competências comunicam o facto a
1141 Direção-Geral das Autarquias Locais, após prévia deliberação dos
1142 seus órgãos deliberativos;
- 1143 • A alteração ao Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, e à segunda
1144 alteração ao Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, no sentido de
1145 prorrogar o prazo de transferência das competências para as
1146 autarquias locais e entidades intermunicipais nos domínios da
1147 educação e da saúde, efetuada no âmbito do decreto-lei n.º 56/2020
1148 de 12 de agosto;
- 1149 • O decreto-lei n.º 55/2020 de 12 de agosto que concretiza a
1150 transferência de competências para os órgãos municipais e para as
1151 entidades intermunicipais no domínio da ação social;
- 1152 • Que nos termos do n.º 3 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de
1153 30 de janeiro, na sua atual redação, os Municípios *que ainda não*
1154 *tenham aceitado as competências previstas no referido decreto-lei*
1155 *sectorial no domínio da educação, e que não o pretendam fazer no*
1156 *ano de 2021, comunicam esse facto à Direção-Geral das Autarquias*
1157 *Locais, após prévia deliberação dos seus órgãos deliberativos, até*
1158 *31 de dezembro de 2020;*
- 1159 • *Relativamente à transferência de competências na área da educação,*
1160 *as estimativas e os montantes do Fundo de Financiamento da*
1161 *Descentralização a transferir para o Município de Gouveia, bem*
1162 *como a listagem de todo o património a transferir, pelos valores*
1163 *envolvidos, mas também pelos rácios de pessoal operacional e ainda*
1164 *a exiguidade dos valores atribuídos para manutenção do edificado,*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1165 *considerando que não houve qualquer evolução ou negociação neste*
1166 *âmbito tendente a transferência de competências;*

- 1167 • Que nos termos do n.º 2 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de
1168 12 de agosto, na sua atual redação, os municípios que não pretendam
1169 assumir as competências previstas no decreto-lei, podem fazê-lo
1170 mediante comunicação desse facto à Direção-Geral das Autarquias
1171 Locais (DGAL), após prévia deliberação dos seus órgãos
1172 deliberativos, até 60 dias após a publicação, no Diário da República,
1173 do despacho previsto no n.º 3 do artigo 16.º e das portarias referidas
1174 nos artigos 10.º e 11.º, ainda não publicadas;
- 1175 • Que ainda não foram publicadas as portarias supracitadas relativas a
1176 transferência de competências no âmbito da ação social considera-se
1177 razoável e prudente fazer uso da possibilidade de concretização
1178 gradual desta transferência, aguardando conhecimento cabal das
1179 atribuições, ao nível dos recursos financeiros e humanos, adiando a
1180 sua concretização para o ano de 2022;

1181 Assim, em coerência com as razões acima enunciadas, delibera a
1182 Assembleia Municipal, por maioria, com **vinte e quatro (24) votos a favor**
1183 por parte das Bancadas Parlamentares do PPD/PSD, CDS/PP e CDU e
1184 **onze (11) abstenções** por parte da Bancada Parlamentar do PS, nos termos
1185 do disposto no n.º 3 do art.º 76.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de
1186 janeiro e do n.º 3 do art.º 28.º do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro,
1187 com as alterações introduzidas pelos art.ºs 2.º e 3.º do Decreto-Lei n.º
1188 56/2020, de 12 de agosto, **NÃO ACEITAR as competências previstas**
1189 **nos diplomas acima referidos, no âmbito da EDUCAÇÃO e AÇÃO**
1190 **SOCIAL.**-----

1191 O Senhor Deputado António Borges (PPD/PSD) encontrava-se ausente da
1192 sala no momento da votação.-----

1193 **PONTO 2 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE** 1194 **LANÇAMENTO DA DERRAMA A APLICAR SOBRE O** 1195 **LUCRO TRIBUTÁVEL SUJEITO E NÃO ISENTO DE** 1196 **IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS** 1197 **COLETIVAS DO EXERCÍCIO DE 2020 A LIQUIDAR** 1198 **EM 2021**

1199 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal
1200 autorizando o Senhor Presidente da Câmara a apresentar este ponto da
1201 ordem de trabalhos.-----

1202 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente referindo que a proposta da
1203 Derrama tem a ver com a possibilidade que o n.º 1 do artigo 18º da Lei n.º



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUEIA

1204 73/2013, de 03 de setembro estabelece que os Municípios podem deliberar
1205 lançar anualmente uma Derrama, até ao limite máximo de 1,5 %, sobre o
1206 lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das
1207 pessoas coletivas (IRC). Esta proposta tem dois patamares: um, para os
1208 sujeitos passivos cujo volume de negócios no ano anterior não ultrapasse os
1209 150 000 euros, propomos a isenção da Derrama em 2021; para as restantes
1210 empresas, propomos o lançamento de uma Derrama de 0,9 % sobre o lucro
1211 tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas
1212 Coletivas, lembrando que no ano passado era de 1%.-----
1213 Tudo isso no sentido de estimular e apoiar empresas que se estabeleçam e
1214 aquelas que já se encontram no concelho.-----
1215 ----- De seguida o Senhor Presidente da Mesa declarou abertas as
1216 inscrições para os Senhores Deputados que pretendessem intervir.-----
1217 ----- Usou da palavra a Senhora Deputada Ana Paula Freitas (PS)
1218 referindo que já no ano anterior, ao debaterem este ponto da Derrama, se
1219 falou do facto de a Derrama poder ser uma discriminação positiva das
1220 empresas por localidade, por atividade, incentivando ao desenvolvimento
1221 empresarial do concelho.-----
1222 Na altura, aquilo que ficou referido é que seria importante a criação de um
1223 Regulamento que pudesse estabelecer em relação às empresas, em função
1224 daquilo que seria o CAE em que se inserem, pudessem ser discriminadas
1225 positivamente em termos da aplicação da Derrama.-----
1226 Isso não aconteceu e sabem que este ano também não existe esse
1227 Regulamento que permitiria fazer a discriminação das empresas em termos
1228 da aplicação da Derrama.-----
1229 A questão passa um pouco por saber porque é que isso não aconteceu, terá
1230 sido uma decisão política ou é mesmo por inércia do próprio executivo,
1231 uma vez que tem estado tão assoberbado com a situação da Covid-19.-----
1232 Tiveram conhecimento que agora, quase em final de mandato, estão a
1233 reunir com o Instituto Pedro Nunes no sentido de criar um plano municipal
1234 para o empreendedorismo, no sentido de apoiarem as empresas e de,
1235 eventualmente, poderem criar estratégias de desenvolvimento empresarial.-
1236 Parece-lhe uma boa iniciativa, ainda assim repara que estão quase a seis
1237 meses do final de mandato, pelo que, agora, seria o momento de estar a
1238 avaliar o impacto desse programa, desse plano municipal que estão a
1239 desenvolver com o Instituto Pedro Nunes.-----
1240 Mais uma vez verificam que há uma certa lentidão no desenvolvimento e
1241 na aplicação de um conjunto de medidas que poderiam resultar de facto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1242 com impacto positivo no desenvolvimento das empresas do nosso
1243 concelho, ao contrário daquilo que afirmou o Senhor Presidente.-----
1244 Perante a situação, o sentido de voto da bancada municipal do PS é a
1245 abstenção, tal como a dos Vereadores do PS na Câmara Municipal.-----
1246 ----- Usou da palavra o Senhor Deputado António Machado (PPD/PSD)
1247 referindo que a bancada do PSD vota favoravelmente a proposta
1248 apresentada pelo executivo. Os eleitos do PSD consideram que a Derrama,
1249 um imposto municipal que incide sobre o lucro tributável das pessoas
1250 colectivas, que no momento em que as empresas passam por enormes
1251 dificuldades criadas pela pandemia, é positivo ver a autarquia a solidarizar-
1252 se com o tecido económico a determinar a isenção da derrama em 2021
1253 para os sujeitos passivos cujo volume de negócios no ano anterior não
1254 ultrapasse os 150 000 euros e reduzir em 0,1% a taxa da Derrama em
1255 relação ao ano anterior. Poderá ser um incentivo à atividade económica e à
1256 fixação de postos de trabalho.-----
1257 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa que colocou à votação
1258 a **“PROPOSTA DE LANÇAMENTO DA DERRAMA A APLICAR**
1259 **SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL SUJEITO E NÃO ISENTO DE**
1260 **IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLETIVAS**
1261 **DO EXERCÍCIO DE 2020 A LIQUIDAR EM 2021”**, que a seguir se
1262 reproduz, tendo sido a mesma aprovada, por maioria, com **vinte e três (23)**
1263 **votos a favor** por parte do Grupo Parlamentar do PPD/PSD e **treze (13)**
1264 **abstenções**, por parte dos Grupos Parlamentares do PS, CDS-PP e CDU,
1265 nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de
1266 setembro:-----
1267 Considerando:
1268 • O disposto na alínea c) do artigo 14.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de
1269 setembro, na sua atual redação, que consagra o produto da cobrança
1270 da derrama como uma das receitas municipais;
1271 • O disposto no n.º 1 do artigo 18º do mesmo diploma, segundo o qual
1272 “os municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama, até
1273 ao limite máximo de 1,5 %, sobre o lucro tributável sujeito e não
1274 isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC),
1275 que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área
1276 geográfica por sujeitos passivos residentes em território português
1277 que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial,
1278 industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável
1279 nesse território”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

- 1280 • Que, nos termos do n.º 22 do artigo 18º da Lei n.º 73/2013, de 03 de
1281 setembro, na sua atual redação, a Assembleia Municipal pode, sob
1282 proposta da Câmara Municipal, nos termos dos n.s 2 e 3 do artigo
1283 16º, deliberar a criação de isenções ou de taxas reduzidas de
1284 derrama.
- 1285 • Que, nos termos do n.º 2 do artigo 16º do RFALEI, a Assembleia
1286 Municipal, mediante proposta da câmara municipal, aprova
1287 regulamento contendo os critérios e condições para o
1288 reconhecimento de isenções totais ou parciais, objetivas ou
1289 subjetivas, relativamente aos impostos e outros tributos próprios.
- 1290 • Que, nos termos do n.º 24 do artigo 18º da Lei n.º 73/2013, de 03 de
1291 setembro, na sua atual redação, “Até à aprovação do regulamento
1292 referido no número anterior, a assembleia municipal pode, sob
1293 proposta da câmara municipal, deliberar lançar uma taxa reduzida de
1294 derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios no
1295 ano anterior que não ultrapasse (euro) 150 000”.
- 1296 • Que, as deliberações referidas devem ser comunicadas, por via
1297 eletrónica, à Autoridade Tributária até ao dia 31 de Dezembro do ano
1298 anterior ao da cobrança por parte dos serviços competentes do
1299 Estado, conforme n.º 17 do artigo 18º da Lei n.º 73/2013, de 03 de
1300 setembro, na sua atual redação;

1301 Considerando ainda que:

- 1302 • É essencial manter o apoio municipal à atividade económica, bem
1303 como a promoção de novos incentivos ao investimento;
- 1304 • Há também responsabilidade solidária das empresas
1305 desenvolvimento concelhio e tendo em conta a evolução da receita
1306 arrecadada e a necessidade de manter uma política fiscal equilibrada
1307 e sustentada;
- 1308 • É possível manter uma diferenciação positiva para as PME’s do
1309 concelho, favorecendo o seu crescimento, bem como a sua
1310 competitividade.

1311 Proponho que a Assembleia Municipal delibere, no uso das competências
1312 previstas na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013,
1313 de 12 de setembro e ao abrigo do n.º 24 do artigo 18.º, da Lei n.º 73/2013,
1314 de 3 de setembro, na sua atual redação, o seguinte:

1315 ***1 - O lançamento, em 2021, de uma Derrama de 0,9 % sobre o lucro***
1316 ***tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das***
1317 ***Pessoas Coletivas;***



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUEIA

1318 *2 - A isenção da Derrama em 2021, para os sujeitos passivos cujo*
1319 *volume de negócios no ano anterior não ultrapasse os 150 000 euros.*

1320 **PONTO 3. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE**
1321 **FIXAÇÃO DA TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL**
1322 **SOBRE IMÓVEIS PARA 2021**

1323 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal
1324 autorizando o Senhor Presidente da Câmara a apresentar este ponto da
1325 ordem de trabalhos.-----

1326 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente referindo que a proposta diz
1327 respeito à possibilidade dos Municípios, através da Assembleia Municipal,
1328 fixarem as taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis a liquidar em 2021.
1329 Assim, propõem para os Prédios Urbanos uma redução de 0,37% para
1330 0,36%, mantendo-se, também, a aplicação do coeficiente de dependentes a
1331 cargo.-----

1332 ----- De seguida o Senhor Presidente da Mesa declarou abertas as
1333 inscrições para os Senhores Deputados que pretendessem intervir.-----

1334 ----- Usou da palavra a Senhora Deputada Ana Paula Freitas (PS)
1335 referindo que a redução do IMI é algo que, como é evidente, gostariam que
1336 ainda pudesse ser mais reduzido. Ainda assim, já no ano passado,
1337 questionaram e, este ano, voltam a perguntar: o que é que esta redução em
1338 termos quantitativos se traduz, qual é o seu impacto. Há uma redução do
1339 IMI, pressupostamente, haveria também uma redução das verbas
1340 arrecadadas. Ao verificarem as Contas de 2019, constataram que o
1341 Município arrecadou €1.291.000, em 2019, em relação a este imposto. Já
1342 para 2021, o Município prevê arrecadar €1.310.000, apesar da redução do
1343 IMI. A sua questão é como pensam vir a arrecadar mais €59.000? Deve-se
1344 a um aumento dos prédios urbanos? – Questionou.-----

1345 Por outro lado, parece-nos que, em termos de política e de incentivos às
1346 famílias e sendo este um Município reconhecidamente amigo das famílias,
1347 este é um imposto que visa ajudar as pessoas que cá vivem, de ajudar de
1348 forma direta as pessoas que contribuem para o desenvolvimento de
1349 Gouveia. Aquilo que constatam é que, mais uma vez, o Município opta por
1350 uma ajuda verba a verba, caso a caso, situação a situação, em vez de ajudar
1351 aqueles que contribuem para o desenvolvimento a nível profundo do
1352 concelho.-----

1353 ----- Usou da palavra o Senhor Deputado António Machado (PPD/PSD)
1354 referindo que há um ano todas as bancadas reconheceram a importante
1355 receita que resulta deste imposto para o Município e, ao mesmo tempo,
1356 perguntavam se não existia uma margem que permitisse reduzir esta taxa,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUEIA

1357 dispensando o Município parte desta receita a favor das famílias que
1358 residem no concelho e, desta forma, proporcionando uma maior
1359 atratividade para o nosso concelho.-----
1360 A proposta aqui apresentada pelo executivo reflete essa vontade ao passar
1361 de 0,37% para 0,36%. Podemos considerar que é pouco para o cidadão,
1362 mas para a Câmara a redução da receita acaba por ser significativa.
1363 Esperamos que todas as bancadas votem favoravelmente. Quando
1364 discutirmos o Orçamento vamos ouvir “falta esta e aquela obra”, “faltam
1365 mais apoios sociais, “mais investimento nas acessibilidades”, “mais apostas
1366 no turismo”, “mais intervenções nos caminhos rurais”, etc, etc.-----
1367 E quem se vai lembrar das receitas?-----
1368 A bancada do PSD vai votar favoravelmente.-----
1369 ----- Usou da palavra o Senhor Deputado Constantino Matos (CDU)
1370 referindo que a bancada da CDU pretende abster-se na votação deste ponto,
1371 na medida em que entende que apesar do Município efetivamente precisar
1372 das verbas da recolha dos impostos, poderia ter ido mais longe nesta
1373 redução, sobretudo na situação em que se encontra o concelho e que se
1374 encontram as famílias.-----
1375 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente, respondendo à Senhora
1376 Deputada Ana Paula Freitas (PS) dizendo que, com esta medida, estamos a
1377 ser, uma vez mais, amigos das famílias, pois estamos a diminuir os seus
1378 encargos com este imposto. Relativamente ao aumento, a Câmara está
1379 numa fase em que estão a falar de uma previsão, a expectativa é que possam
1380 chegar a esse montante e não que ele seja um facto adquirido. Agora, isso
1381 decorre de várias requalificações e de uma dinâmica que está a existir em
1382 termos de construção civil que, ao contrário de outros setores, felizmente,
1383 continua bastante dinâmico e ativo. Para além disso, temos vários
1384 investimentos a prepararem-se para se concretizarem no setor da
1385 construção civil, na requalificação de imóveis e na construção de origem.---
1386 Trata-se de um apoio efetivo às famílias, com a redução deste encargo
1387 estamos a ajudá-las dentro daquilo que é possível ao Município, face aos
1388 investimento e aos custos que tem que suportar, não só decorrentes da
1389 pandemia direta ou indiretamente, como é o caso dos transportes escolares,
1390 cujos custos dispararam devido ao desdobramento dos transportes.-----
1391 Tal como a Senhora Deputada Cezarina Maurício (PS) referiu
1392 anteriormente, de que para o Estado poder apostar na saúde e financiá-la,
1393 avançar com a 2.ª fase da obra do Hospital da Guarda, precisa de dinheiro,
1394 não é só com a “Bazuca”, quando vier o dinheiro da “Bazuca” já é para
1395 pagar muita conta que está acumulada. Não vem para os Municípios.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1396 E, tal como o Estado, para o Município de Gouveia poder continuar a dar o
1397 apoio que dá na educação, na ação social, realizar investimentos, precisa de
1398 receitas e essas receitas vêm dos impostos. Mas, se podermos ainda assim
1399 reduzir, como estamos a propor, estamos a ir de encontro àquilo que são as
1400 necessidades das famílias e estamos a ir de encontro a desenvolver
1401 atividades de apoio direto às famílias.-----

1402 ----- Usou da palavra a Senhora Deputada Cezarina Maurício (PS)
1403 referindo que pretendia clarificar o seguinte:-----

1404 *“Não me revejo nas palavras do Senhor Presidente da Câmara. Como não*
1405 *acredito em “mundo ideal”, isso de não pagar, não existe. Agora, como*
1406 *cidadã, quero dizer que eu quero pagar impostos, porque é através dos*
1407 *meus imposto que, quero acreditar, que continuo a ter serviços públicos de*
1408 *qualidade. No tempo que corre, termos serviços públicos é ótimo e vemos*
1409 *nesta situação da pandemia, em que precisamos de um Serviço Nacional*
1410 *de Saúde forte, ao contrário de alguns países, que até são muito ricos e,*
1411 *pelos vistos, não funcionam bem.”-----*

1412 ----- O Senhor Presidente da Mesa deu por concluído o debate, colocando
1413 de seguida à votação a “**PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TAXA DO**
1414 **IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS PARA 2021**”, que a seguir
1415 se reproduz, tendo sido a mesma aprovada, por maioria, com **vinte e três**
1416 **(23) votos a favor**, por parte da Bancada Parlamentar do PPD/PSD, **sete**
1417 **(7) votos contra**, por parte dos Senhores Deputados Ana Paula Casegas
1418 Pardal Duarte Freitas (PS), Cezarina da Conceição Santinho Maurício (PS),
1419 Rui Filipe Lopes Martins Garcia Monteiro (PS), Mário José Gaudêncio
1420 Bento (PS), Ana Mónica Silva Ferreira (PS) e das Senhoras Presidentes de
1421 Junta de Freguesia Virgínia Manuela Baptista Garrido de Araújo e Glória
1422 Cardoso Lourenço e **seis (6) abstenções** por parte das Bancadas
1423 Parlamentares do CDS/PP, CDU, do Senhor Deputado José António
1424 Rodrigues Manta (PS) e dos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia,
1425 João José Amaro, António José Direito Saraiva e Carlos Manuel Santinho
1426 Pacheco, nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013,
1427 de 12 de setembro:-----

1428 **Considerando:**

- 1429 • O disposto no artigo 112º, do Anexo I do Decreto-Lei n.º 287/2003,
1430 de 12 de novembro (Código do Imposto Municipal sobre Imóveis –
1431 C.I.M.I.), com a mais recente alteração introduzida pela Lei n.º
1432 119/2019, de 18 de setembro, o Município através do seu órgão
1433 deliberativo pode fixar a taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis
1434 (I.M.I.), cujo máximo, para os prédios urbanos, se cifra em 0,45 e o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUEIA

1435 mínimo em 0,3%, fixando o percentual para Prédios rústicos em
1436 0,8%;

1437 • Que por deliberação da Assembleia Municipal, podem os Municípios
1438 “fixar uma redução da taxa do imposto municipal sobre imóveis que
1439 vigorar no ano a que respeita o imposto, a aplicar ao prédio ou
1440 parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente
1441 do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja
1442 efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes
1443 que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado
1444 familiar”, cfr. n.º 1 do artigo 112º-A do C.I.M.I.;

1445 • Que a administração local em função da conjuntura atual, no
1446 seguimento da pandemia COVID-19, deve promover medidas que
1447 aliviem a carga fiscal sobre os cidadãos, famílias e empresas;

1448 Proponho que a Assembleia Municipal de Gouveia delibere, no uso das
1449 competências previstas na alínea d) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da
1450 Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o seguinte:

1451 1. A definição das seguintes taxas de **Imposto Municipal sobre**
1452 **Imóveis a liquidar em 2021:**

Prédios Rústicos (valor fixo de 0,8%, cfr. al. a) do n.º 1 do artigo 112º do C.I.M.I.)	Prédios Urbanos (0,3% a 0,45%, cfr. al. c) do n.º 1 do artigo 112º do C.I.M.I.)
0,8%	0,36%

1453
1454 2. Nos termos e para os efeitos do n.º 8 do art.º 112º do mesmo
1455 diploma fixar a majoração de 30% sobre a taxa aplicável a
1456 prédios urbanos degradados, que tenham pendentes notificações
1457 municipais de intimação ao abrigo do n.º 2 do art.º 89º do
1458 Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro para a realização de
1459 obras, de modo a colmatar más condições de segurança e
1460 salubridade, enquanto durar a situação ou não forem executadas
1461 as obras intimadas;

1462 3. Nos termos do n.º 3 do art.º 112º do Código do Imposto
1463 Municipal sobre os Imóveis, na redação dada pela Lei n.º
1464 119/2019, de 18 de setembro, elevar para o triplo a taxa prevista
1465 na alínea c), nos casos de prédios urbanos que se encontrem
1466 devolutos há mais de um ano e de prédios em ruínas,
1467 considerando-se devolutos ou em ruínas os prédios como tal
1468 definidos em diploma próprio;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1469 4. Nos termos n.º 1 do artigo 112º-A do Código do Imposto
1470 Municipal sobre Imóveis, a redução levando em consideração o
1471 número de dependentes a cargo, de acordo com a seguinte tabela:

Número de dependentes a cargo	Dedução fixa (em €)
1	20
2	40
3 ou mais	70

1472 **PONTO 4. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA RELATIVA**
1473 **À PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DO MUNICÍPIO DE**
1474 **GOUVEIA NO IRS – IMPOSTO SOBRE O**
1475 **RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES**

1476 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal
1477 autorizando o Senhor Presidente da Câmara a apresentar este ponto da
1478 ordem de trabalhos. -----

1479 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente referindo que o Município tem
1480 direito a participar duma percentagem até 5% do IRS dos sujeitos passivos
1481 com domicílio fiscal no Município de Gouveia. É evidente que poderiam
1482 abdicar de uma parte desta percentagem que têm direito na participação do
1483 IRS mas, atendendo a tudo aquilo que o Município está a investir e tem que
1484 continuar a investir, seja não só no apoio às IPSS, ao comércio e indústria
1485 do concelho, entenderam que, este ano, não estavam reunidas as condições
1486 para abdicar de qualquer percentagem da participação no IRS.-----

1487 ----- De seguida o Senhor Presidente da Mesa declarou abertas as
1488 inscrições para os Senhores Deputados que pretendessem intervir.-----

1489 ----- Usou da palavra a Senhora Deputada Ana Paula Freitas (PS)
1490 referindo que é caro viver em Gouveia. Percebe que o Município tem que
1491 arrecadar verbas, tem que ter fundos de maneiio para aquilo que estão a
1492 viver, pois tem sido um período difícil. Ao longo de quatro anos têm-se
1493 debatido para que este valor fosse mais reduzido, contudo, ele mantém-se
1494 elevado e de algum modo faz-nos pensar como é difícil viver no interior. E,
1495 continuar a viver em Gouveia, é de facto pesado em termos de impostos. O
1496 valor apurado para 2019 foi de €190.000. O valor estimado para o próximo
1497 ano é de €351.000.-----

1498 O Senhor Presidente da Câmara referiu que se trata de um valor que não se
1499 pode prescindir, não se pode prescindir daquilo que são os apoios no
1500 concelho. As pessoas que cá vivem, que cá trabalham e que deixam cá os
1501 seus rendimentos percebem e, aliás, falam nisso muitas vezes de como é
1502 difícil viver no Interior.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1503 Talvez fosse altura, ao longo destes quatro anos, de ter apoiado de uma
1504 forma mais generalizada aquilo que é o esforço das pessoas que trabalham
1505 em Gouveia para tornar este lugar mais aliciante e mais aprazível em
1506 termos de impostos.-----
1507 Como disse anteriormente a Senhora Deputada Cezarina Maurício (PS) não
1508 é que não queiram pagar impostos, porque os impostos são de facto
1509 fundamentais. É à custa disso que temos o Sistema Nacional de Saúde, é à
1510 custa disso que temos os apoios que temos de uma forma generalizada para
1511 toda a população. E, portanto, não é que não queira pagar impostos. Mas de
1512 facto deveria haver aqui a possibilidade de uma ajuda àqueles que vivem
1513 no Interior através desse imposto. Coisa que, ao longo destes quatro anos,
1514 não se fez sentir e é por isso que votam contra esta proposta.-----
1515 ----- Usou da palavra o Senhor Deputado Constantino Matos (CDU)
1516 referindo que, em coerência com as posições que têm tomado nos
1517 anteriores Orçamentos, a Bancada Municipal da CDU vai votar
1518 favoravelmente esta proposta.-----
1519 ----- Usou da palavra o Senhor Deputado António Machado (PPD/PSD)
1520 referindo que a Bancada do PSD vota favoravelmente a proposta
1521 apresentada pelo executivo. É uma necessidade a arrecadação deste
1522 imposto para ajudar a ter um concelho mais equilibrado.-----
1523 Não são todas as famílias, não são todos os gouveenses que pagam IRS,
1524 pois não têm rendimento para tal.-----
1525 E, na medida em que queremos um concelho mais equilibrado, muito desse
1526 dinheiro será aplicado no apoio às colectividades mas também para ajudar
1527 famílias que necessitam de ser ajudadas.-----
1528 O Município de Gouveia se vai buscar a receita deste imposto também o
1529 distribui pelo território do concelho. Desta forma estamos a ser solidários
1530 com os gouveenses e com as empresas do concelho de Gouveia.-----
1531 ----- Discutido o assunto, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação
1532 a **PROPOSTA RELATIVA À PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DO**
1533 **MUNICÍPIO DE GOUVEIA NO IRS – IMPOSTO SOBRE O**
1534 **RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES** que a seguir se
1535 reproduz, tendo sido a mesma aprovada, por maioria, com **vinte e cinco**
1536 **(25) votos a favor**, por parte das Bancadas Parlamentares do PPD/PSD,
1537 CDS/PP e CDU, **nove (9) votos contra**, por parte dos Senhores Deputados
1538 Ana Paula Casegas Pardal Duarte Freitas (PS), Cezarina da Conceição
1539 Santinho Maurício (PS), Rui Filipe Lopes Martins Garcia Monteiro (PS),
1540 Mário José Gaudêncio Bento (PS), Ana Mónica Silva Ferreira (PS) e dos
1541 Senhores Presidentes de Junta de Freguesia Virgínia Manuela Baptista



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1542 Garrido de Araújo, Glória Cardoso Lourenço, António José Direito Saraiva
1543 e Carlos Manuel Santinho Pacheco e **duas (2) abstenções** por parte do
1544 Senhor Deputado José António Rodrigues Manta (PS) e do Senhor
1545 Presidente de Junta de Freguesia João José Amaro, nos termos do n.º 2 do
1546 art.º 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro: -----

1547 Considerando que:-----

- 1548 • O n.º 1 do art.º 26º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual
1549 redação, estabelece que os Municípios têm direito, em cada ano, a
1550 uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com
1551 domicílio fiscal na circunscrição territorial, relativa aos rendimentos
1552 do ano imediatamente anterior calculada sobre a respetiva coleta
1553 líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78.º do Código do
1554 IRS.
- 1555 • O n.º 2 do mesmo artigo determina que a participação suprarreferida
1556 depende de deliberação sobre a percentagem do IRS pretendida pelo
1557 Município, a qual é comunicada por via eletrónica pela respetiva
1558 Câmara Municipal à Autoridade Tributária e Aduaneira, até 31 de
1559 dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos;
- 1560 • A necessidade de manter em 2021 o equilíbrio orçamental que
1561 sustente o aumento de investimento e o aumento gradual dos apoios
1562 sociais, culturais e desportivos.

1563 **Proponho que a Assembleia Municipal delibere, no uso da competência**
1564 **prevista nos termos do art.º 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro,**
1565 **na sua atual redação, aprovar a aplicação da taxa de 5% da**
1566 **participação variável no IRS, a pagar pelos contribuintes com**
1567 **domicílio fiscal no concelho de Gouveia, respeitante aos rendimentos**
1568 **auferidos durante o ano imediatamente anterior.**-----

1570 **PONTO 5 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE**
1571 **FIXAÇÃO DA TMDP – TAXA MUNICIPAL DE**
DIREITOS DE PASSAGEM PARA O ANO DE 2021

1572 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal
1573 autorizando o Senhor Presidente da Câmara a apresentar este ponto da
1574 ordem de trabalhos. -----

1575 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente referindo que a proposta diz
1576 respeito a uma taxa que o município pode cobrar em relação às empresas de
1577 telecomunicações que utilizam o subsolo do concelho de Gouveia. Assim,
1578 propõem a aplicação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem, fixando
1579 o respetivo valor em 0,25/prct sobre o total da faturação mensal emitida
1580 pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicação eletrónicas.-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1581 ----- De seguida o Senhor Presidente da Mesa declarou abertas as
1582 inscrições para os Senhores Deputados que pretendessem intervir.-----
1583 ----- Não se verificando nenhuma inscrição por parte dos Senhores
1584 Deputados, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a
1585 **“PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TMDP – TAXA MUNICIPAL DE**
1586 **DIREITOS DE PASSAGEM PARA O ANO DE 2021”**, que a seguir se
1587 reproduz, tendo sido a mesma aprovada, por unanimidade, nos termos do
1588 artigo 25.º, n.º 1, alínea b), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:-----

Considerando:

- 1590 • Que, de acordo com o artigo 12º do Decreto-Lei nº 123/2009, de 21
1591 de maio e com a Lei nº 5/2004, de 10 de fevereiro, atualizada pelo
1592 Decreto-Lei nº 92/2017, de 31 de julho, a TMDP é determinada com
1593 base na aplicação de um percentual sobre cada fatura dos clientes
1594 finais de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local
1595 fixo, para todos os clientes finais do correspondente município;
- 1596 • O percentual referido na alínea anterior é aprovado anualmente por
1597 cada Município até ao fim do mês de dezembro do ano anterior a que
1598 se destina a sua vigência e não pode ultrapassar os 0,25/prct;
- 1599 • A determinação do nº 4 do referido artigo 106º, nomeadamente que
1600 nos municípios em que seja cobrada a TMDP, as empresas que
1601 oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao
1602 público em local fixo são as responsáveis pelo seu pagamento, ou
1603 seja, que a taxa aplicada pelos municípios é da responsabilidade das
1604 empresas não podendo repercutir-se nas faturas dos cidadãos,
1605 utentes/consumidores finais;
- 1606 • Que, tem sido política dos Órgãos do Município de Gouveia fixar as
1607 taxas tendo em atenção o equilíbrio orçamental do Município.

1608 **Propõe-se que a Assembleia Municipal de Gouveia delibere, no uso das**
1609 **competências previstas nos termos e para os efeitos do artigo 25º, nº 1,**
1610 **alínea b), do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e em**
1611 **consideração do estipulado no artigo 106º, do Decreto-Lei nº 5/2004, de**
1612 **10 de fevereiro, na sua atual redação, a aplicação da Taxa Municipal**
1613 **de Direitos de Passagem (TMDP), fixando o respetivo valor em**
1614 **0,25/prct sobre o total da faturação mensal emitida pelas empresas que**
1615 **oferecem redes e serviços de comunicação eletrónicas acessíveis ao**
1616 **publico, em local fixo, para todos os clientes finais do Município, e cujo**
1617 **pagamento é da exclusiva responsabilidade dessas empresas.**

1618 **PONTO 6 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE**
1619 **ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1620

1621

DA CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA PARA O ANO DE 2021

1622 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal
1623 autorizando o Senhor Presidente da Câmara a apresentar este ponto da
1624 ordem de trabalhos. -----

1625 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente referindo que a proposta de
1626 Orçamento para o ano de 2021 vem na sequência daquilo que têm sido os
1627 orçamentos anteriores, sendo que este é um orçamento especial, porque é
1628 um orçamento que conta com toda a incerteza em relação à situação em que
1629 o país e, naturalmente, no concelho de Gouveia também vai vivendo.
1630 Felizmente, já temos a vacina, mas a vacina só vai chegar a um grupo mais
1631 alargado da população para o meio ou fim do ano de 2021 e a possibilidade
1632 de termos a chamada “imunidade de grupo” na comunidade certamente que
1633 vai demorar a concretizar-se.-----

1634 Desta forma, as nossas prioridades vão na senda daquilo que têm sido as
1635 nossas preocupações e apostas: na educação, na ação social, com os
1636 diferentes programas que já é apanágio deste executivo. Acrescentamos o
1637 arranque da concretização do 1.º Direito, destinado a requalificações de
1638 edificações degradadas. É uma aposta muito significativa que queremos
1639 fazer com este programa que conta com candidaturas, seja através da
1640 Câmara Municipal, de imóveis seus, seja de candidaturas efetuadas por
1641 particulares, que a Câmara Municipal irá ajudar a realizar os respetivos
1642 processos de candidatura.-----

1643 Vamos continuar com a aposta na cultura. Vamos efetuar uma intervenção
1644 importante no Teatro Cine de Gouveia, um investimento superior a 200 mil
1645 euros. Por outro lado, também ainda na área da cultura, dar continuidade a
1646 um conjunto de linhas de programação em rede, seja no âmbito da CIM
1647 BSE, seja na Rede do Alto Mondego, mas também introduzir a “Rota da
1648 Transumância”, em parceria com os Municípios de Castro Daire, Fundão,
1649 Seia.-----

1650 Continuar a apostar no desporto, 2020 foi um ano importante em termos de
1651 requalificação de equipamentos desportivos, com a requalificação dos
1652 campos de ténis, balneários e áreas de serviços das piscinas descobertas,
1653 um investimento no valor de 150 mil euros, investimento direto do
1654 Município. Investir em obras de requalificação de algum vulto nas piscinas
1655 cobertas, com a substituição de equipamentos e requalificação de outras
1656 áreas do próprio equipamento, uma intervenção que ronda os 150 mil
1657 euros. Já se iniciou a requalificação do ringue junto ao Tribunal, bem como
1658 a participação na requalificação dos balneários do Clube de Futebol



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUEIA

1659 “Os Vilanovenses”. Em 2021, queremos fazer uma aposta na requalificação
1660 do Estádio Municipal, nomeadamente, os seus balneários e áreas sociais,
1661 para que essa seja uma primeira intervenção de outras mais profundas que
1662 têm que ter lugar naquele equipamento.-----
1663 Por outro lado, outra área importante tem a ver com a defesa do meio
1664 ambiente. Vamos concretizar a parceria com o Município de Celorico da
1665 Beira com a concretização da construção do canil/gatil intermunicipal.-----
1666 Avançar com a requalificação do Parque Ecológico, um investimento que
1667 ultrapassa os 700mil euros.-----
1668 Para além disso, ainda na área ambiental, vamos intervir, uma vez que
1669 temos esses protocolos com o ICNF, na Casa dos Astrónomos, na Casa das
1670 Sementes e requalificar os Viveiros de Folgoso que, na sequência dos
1671 incêndios, foram altamente prejudicados, uma vez que vamos conseguir
1672 obter financiamento comunitário para intervir por via da CIM-BSE pela via
1673 do património natural.-----
1674 Vamos apostar em infraestruturas importantes e fundamentais em termos
1675 de vias de comunicação, é o caso do Caminho do Jancão e, se chegarem à
1676 conclusão que não é necessário intervir no Caminho de Santo António, o
1677 montante será investido no Caminho do Azeveiro. Vamos avançar com a
1678 intervenção em alcatroamento, escoamento de águas pluviais e guardas no
1679 Caminho das Regadas; requalificação da Av.^a José Domingos Paulo, em
1680 Vinhó; requalificação da Rua Fernando Rebelo, em Gouveia; concretizar a
1681 intervenção na Rua Aureliano Dias Gonçalves, em Arcozelo; avançar, logo
1682 que termine a circulação de viaturas pesadas que transportam a lenha, com
1683 a requalificação da Estrada do Curral do Negro, potenciando o
1684 equipamento de turismo e lazer que é o parque de campismo e a circulação
1685 de todos para o Caminho Natural; avançar com a beneficiação da Av.^a
1686 Futebol Clube “Os Vilanovenses”; avançar com as intervenções no
1687 Arruamento do Bairro de Santo António, em Nespereira; fazer uma
1688 intervenção, por meio de protocolo, que vão submeter a reunião de Câmara
1689 a seu tempo, com o ICNF para a requalificação da Estrada do Vale do
1690 Rossim. -----
1691 Para além disto, vamos avançar com obras que já estão contratadas com os
1692 respetivos empreiteiros, que é o caso da requalificação da Estrada de
1693 Lagarinhos, desde o cemitério até à EN17.-----
1694 Estas são algumas intervenções entre outras que vamos efetuar.-----
1695 Vamos efetuar intervenções ao nível da sinalização de vias, fazendo as
1696 respetivas marcações, seja nas faixas laterais, seja no eixo da via.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1697 Vamos continuar a apostar no relacionamento com as Juntas de Freguesia,
1698 seja em intervenções diretas dos serviços da Câmara, seja sobretudo através
1699 dos contratos programas. Aí vamos continuar a apostar nesta parceria que
1700 estabelecemos com as Juntas de Freguesia, porque entendemos que estas,
1701 melhor do que ninguém, têm noção do que é mais necessário nas suas
1702 respetivas freguesias.-----
1703 Para além disso, continuaremos a apostar no movimento associativo no
1704 concelho e, se em 2020 tivermos oportunidade de face às circunstâncias
1705 derivadas da pandemia com as dificuldades que foram criadas às próprias
1706 associações, se tivermos a oportunidade de aumentar os subsídios em 2021,
1707 já antevendo que vamos continuar em dificuldades, vamos reforçar os
1708 subsídios ordinários em 15%.-----
1709 Relativamente às Corporações de Bombeiros, que este ano lhes foi
1710 aumentado o subsídio ordinário em mais de 15%, em 2021 propomos um
1711 aumento de 15% em relação a 2020.-----
1712 Em 2021 irão concluir-se as intervenções na zona dos Bellinos e no
1713 Mercado Municipal, para voltar a disponibilizar este espaço e
1714 equipamento à fruição dos gouveenses que vão encontrar nestes
1715 equipamentos algo que os orgulhe e ao mesmo tempo sirva a população.
1716 Vamos continuar a apostar, a fomentar e a captar investimentos para o
1717 concelho de Gouveia. Apostar muito forte no apoio ao sector comercial e
1718 empresarial. Temos previsto em diferentes rubricas um total de 177 mil
1719 euros para apostar nesta área, como forma de contrapor às dificuldades
1720 resultantes da pandemia.-----
1721 Vamos realizar uma Feira do Queijo virtual com o recurso a plataformas
1722 digitais para apoiar a comercialização deste produto Serra DOP, bem como
1723 os vinhos. Eventos que vamos tentar realizar face a todas as circunstâncias.
1724 Também no turismo, promover o território dentro daquilo que sejam as
1725 possibilidades. Nesta área do turismo vamos continuar a desenhar e
1726 concretizar uma rede de percursos em diferentes freguesias promovendo
1727 uma vertente circular por forma a que as pessoas possam conhecer cada vez
1728 mais o seu território, bem como atrair para estas rotas pessoas de fora do
1729 concelho, estrangeiros inclusivamente que vêm até nós para conhecer e
1730 disfrutar da qualidade ambiental e paisagística que temos.-----
1731 Estes são os eixos principais de atuação deste Orçamento que tentam
1732 abranger tudo aquilo que são áreas relevantes: social, educação, saúde, no
1733 apoio aos empresários e ao comércio, às associações, muito pautado pela
1734 incerteza da pandemia que estão a viver e que infelizmente ainda vai
1735 continuar. Este Orçamento que propõem no valor de 20 milhões e 500 mil



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1736 euros é a proposta que apresentamos e que face à evolução das
1737 circunstâncias pode vir a ser alterado para melhor.-----
1738 ----- De seguida o Senhor Presidente da Mesa declarou abertas as
1740 inscrições para os Senhores Deputados que pretendessem intervir.-----
1741 ----- Usou da palavra o Senhor Deputado Ricardo Morgado (PPD/PSD)
1742 referindo que um orçamento é sempre um exercício de espetativa e trás
1743 sempre consigo alguma imprevisibilidade e 2020 que o diga. Quando o
1744 estavam a discutir há um ano longe estavam de acreditar no que o ano de
1745 2020 nos reservava. Apesar desse Orçamento feito há um ano atrás num
1746 cenário normal de não pandemia, não foi por isso que o Município não
1747 conseguiu encontrar os mecanismos dentro do Orçamento para fazer face
1748 às suas responsabilidades e fazer face às necessidades dos gouveenses
1749 nestes tempos tão difíceis.-----
1750 Um ano depois este Orçamento tem duas particularidades importantes e
1751 que nos parece claramente visadas naquilo que é a estratégia deste
1752 documento. A primeira, é que o fazemos depois de uma pandemia e
1753 sabendo aquilo que aconteceu, mas, sabendo, sobretudo, o desafio que vai
1754 ser para recuperarmos economicamente e socialmente desta pandemia. O
1755 segundo ponto, será o último Orçamento deste mandato e que conclui a
1756 estratégia deste executivo.-----
1757 Por isso é muito positivo ver que este Orçamento, apesar da situação toda
1758 que atravessámos e atravessamos, consegue fazer duas coisas: uma, como
1759 disse o Senhor Presidente da Câmara, e bem, manter e reforçar aquilo que é
1760 o papel do Município na área da educação, da ação social, da saúde e
1761 higiene e no apoio ao emprego, com as ferramentas que terão de estar à
1762 disposição do executivo para fazer face ao que aí vem. É verdade que se
1763 inicia a vacinação, mas será um ano difícil, em que poderá vir ainda uma
1764 terceira vaga da pandemia e continuar a ter confinamentos. Continua a
1765 haver muita imprevisibilidade e espera que o Município tenha os
1766 mecanismos que lhe parecem estarem visados no Orçamento.-----
1767 Apesar de tudo é um Orçamento ambicioso, ambicioso no sentido em que
1768 se vê claramente que o investimento que há em bens e obras duradouras
1769 que se podem traduzir em oportunidades de futuro estão também aí
1770 realmente visados. Destacou três pontos importantes: a reabilitação das vias
1771 rodoviárias, a requalificação da estrada do Vale do Rossim; o reforço ao
1772 associativismo e às corporações de bombeiros.-----
1773 Para terminar, referiu ainda que, 2021, é um ano de oportunidade, porque
1774 se houve algo que esta pandemia mostrou, é que o interior do país, as
empresas estão disponíveis para deixar sair os seus trabalhadores dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1775 grandes centros, onde as casas são mais caras e a qualidade de vida é baixa.
1776 Nós, como toda esta região, têm que estar igualmente preparados para isso.
1777 Aquilo que está a acontecer nos Bellinos e no Mercado é um bom sinal
1778 disso mesmo e o Plano Municipal de Empreendedorismo, que está a ser
1779 traçado em conjunto com o Instituto Pedro Nunes, são boas ideias e espera
1780 que, juntando também o turismo, possamos ter um 2021 de recuperação
1781 rápida, aproveitando esta nova disponibilidade das empresas e das pessoas
1782 em poderem vir trabalhar ou, pelo menos, visitar mais vezes a nossa terra.--
1783 Finalizando a sua intervenção, em nome da bancada do PPD/PSD procedeu
1784 à leitura da seguinte declaração de voto:-----
1785 *“Considerando que este orçamento mantém os princípios da*
1786 *sustentabilidade económica e financeira do Município, garantindo*
1787 *prudência na previsão de receita ou não incorporar, à partida, previsão de*
1788 *verbas de elevado risco de concretização, assegurando um nível possível*
1789 *de investimento seletivo e reprodutivo, sobretudo, ao nível da rede da*
1790 *reabilitação urbana e da rede viária, mas sem esquecer a inclusão social,*
1791 *a competitividade e a valorização do território, a atração do investimento*
1792 *e do empreendedorismo, o reforço dos meios financeiros às freguesias, a*
1793 *continuação do reforço da aposta no apoio às pessoas e família, com as*
1794 *ações e projectos de acção social, nomeadamente, mantendo o IMI*
1795 *familiar, a taxa geral de IMI em 0,36% e os incentivos à natalidade, bem*
1796 *como os apoios na acção social escolar e a expectativa de um programa*
1797 *cultural atrativo e abrangente.*-----
1798 *Por tudo isto, esta bancada não pode deixar de dar o seu voto de*
1799 *confiança a este executivo, votando favoravelmente este Plano e*
1800 *Orçamento para 2021.”*-----
1801 ----- Usou da palavra o Senhor Deputado Constantino Matos (CDU)
1802 referindo que a análise que fazem ao documento, sem questionar o rigor
1803 técnico com que foi elaborado, parece-lhes basicamente um Orçamento
1804 identificado com os outros que tiveram ao longo do mandato. É um
1805 Orçamento de manutenção. Não vêm nada de palpável sobre o
1806 desenvolvimento do concelho, muito pouco em termos de apoio ao
1807 desenvolvimento. Por outro lado, questiona-se as verbas destinadas em
1808 2021 e anos seguintes, verbas avultadas em investimento no Museu do
1809 Livro Sagrado. Sem pôr em causa a validade do projeto, questiona-se o
1810 momento, quando se calhar coisas mais prementes se impunham.-----
1811 É evidente, Senhor Presidente, tem toda a razão, concluídas as obras que
1812 neste momento estão em desenvolvimento no concelho, vamos ficar com
1813 equipamentos esplêndidos, mais agradáveis, muito mais bonitos. É evidente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1814 que os gouveenses se lá forem vão encontrar esses equipamentos. Tem
1815 dúvidas é se os equipamentos vão encontrar gouveenses quando isso
1816 acontecer. Por este motivo o sentido de voto da bancada da CDU é contra.
1817 ----- Usou da palavra a Senhora Deputada Cezarina Maurício (PS)
1818 referindo que o Orçamento é um documento realmente muito importante
1819 para a vida do nosso concelho. Este tem a particularidade de ser um
1820 Orçamento que tem como marco temporal 2021. E, 2021, vai ser um ano
1821 difícil, pelos motivos que todos sabemos e agora ainda mais pela questão
1822 da mutação do vírus que ainda pode trazer outro tipo de dificuldades,
1823 nomeadamente, em termos clínicos, mas este é o último Orçamento deste
1824 mandato e, portanto, a leitura deste Orçamento deixa algumas questões,
1825 nomeadamente, aquelas que são as obras estruturantes e em relação às
1826 quais têm vindo a falar há tanto tempo e que continuam a constar do
1827 documento e não estão concluídas. É exemplo disso, a obra do Mercado
1828 Municipal, a zona dos Bellinos, a construção de um canil/gatil, as
1829 melhorias de equipamentos culturais que continuam por fazer, a
1830 requalificação do parque ecológico, entre outras.-----
1831 De orçamento para orçamento, às vezes temos a referência a determinados
1832 programas, a determinadas iniciativas e depois questiona-se em que é que
1833 se traduziu, quais foram os ganhos. Há pouco falou-se na questão do
1834 empreendedorismo e na articulação com uma instituição de referência de
1835 Coimbra, mas já anteriormente tínhamos iniciativas de inovação e
1836 empreendedorismo social que não sabemos em que é que se traduziram e
1837 qual foi a verdadeira avaliação e o seu impacto.-----
1838 Relativamente a um projeto que vem sendo inscrito em orçamento ainda no
1839 tempo do Senhor Vereador Joaquim Lourenço, com uma verba
1840 significativa, €320.000 para um programa de combate ao abandono e
1841 insucesso escolar. Pergunta em que é que se traduz esse programa, como é
1842 que está a ser operacionalizado. A verdade é que de ano para ano o
1843 programa está inscrito em orçamento, mas de ano para ano, temos ausência
1844 de informação. Pretendia saber a que diz respeito este programa, estruturas
1845 específicas nas escolas e agrupamentos ou à contratação de recursos
1846 humanos? – Perguntou.-----
1847 No Orçamento existe ainda uma verba destinada às instituições sem fins
1848 lucrativos, que é uma verba significativa, são mais de 600 mil euros. Em
1849 que é que se traduz esta verba no que diz respeito a IPSS e ao movimento
1850 associativo que tem outra rubrica.-----
1851 Saúda que realmente do Estado existe um acréscimo relativamente ao ano
1852 passado ao nível de receitas, desde o Fundo Equilíbrio Financeiro, desde o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1853 art.º 35.º, desde outros programas nacionais, como é o caso do programa de
1854 apoio às Bibliotecas, etc. Temos tido algum apoio do Estado Central para o
1855 Poder Local, como não poderia deixar de ser.-----
1856 ----- Usou da palavra a Senhora Deputada Ana Paula Freitas (PS)
1857 solicitando o esclarecimento das seguintes dúvidas: a primeira diz respeito
1858 a um valor que aparece no Balanço Provisório de 31/12/2021 de “Reservas
1859 Negativas” no valor de €881.000,00 e “Resultados já Transitados” no valor
1860 de 19.207,00, ambos os valores negativos.-----
1861 Nestes quatro anos desta saga do “Continuar Gouveia” é de facto o
1862 Orçamento mais reduzido dos quatro anos, mas constatam que, ao contrário
1863 dos quatro anos, vai-se executar nos próximos nove meses aquilo que não
1864 se conseguiu executar nos três anos passados.-----
1865 Tirando estes considerandos, verificam, portanto, que este Orçamento anda
1866 no valor dos €20.540.000,00 e há um valor referente a “Outras Receitas de
1867 capital” de €3.250.000,00. Solicitou o devido esclarecimento em relação a
1868 que obras é que este valor não especificado de €3.250.000,00 vai pagar.
1869 Que obras são essas que se vão pagar com este valor, as quais não sabem a
1870 sua origem e que não está especificado no Orçamento. Um valor que
1871 representa quase 20% do Orçamento da Câmara e devia ser especificado,
1872 pois não vem do orçamento direto, não vem dos impostos, não vem das
1873 transferências correntes.-----
1874 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de
1875 Gouveia referindo que, no ano passado, pela primeira vez, nos anos de
1876 gestão do atual Presidente de Câmara, Dr. Luís Tadeu, votou contra o
1877 Orçamento e explicou exaustivamente as razões. Este ano, está disposto
1878 para, mais uma vez, dar o benefício da dúvida ao Município e reverter o
1879 seu voto do ano passado para uma posição de abstenção e explicará as
1880 razões.-----
1881 Primeiro, dizer que nesta sua posição não será tão eufórico como o Senhor
1882 Deputado Ricardo Morgado (PPD/PSD), será um pouco mais cauteloso,
1883 alinhando melhor com as palavras do Senhor Deputado da Bancada da
1884 CDU, porque também pensa que é um Orçamento de continuidade, não há
1885 grandes surpresas que de alguma forma os possa entusiasmar em termos de
1886 inovação.-----
1887 A segunda constatação, prende-se com o facto da bancada do PS tantas
1888 vezes ser confrontada com as críticas ao Governo, mas, em definitivo, não
1889 custa nada e considera que será politicamente correto, reconhecer que, pela
1890 primeira vez, na história do poder local, tem sido com os Governos
1891 presididos pelo Dr. António Costa que a Lei das Finanças Locais tem sido



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUEIA

1892
1893 cabalmente cumprida, quer no que diz respeito aos Municípios, quer às
1894 Freguesias. Esta é uma verdade indesmentível e daí já ter sido referido os
1895 aumentos das transferências para os Municípios e para as Freguesias. As
1896 Freguesias têm as verbas do FFF sempre aumentadas e têm beneficiado do
1897 adicional que era a diferença entre as receitas cobradas do IVA e IRS e
1898 outros impostos e a sua imputação percentualmente naquilo que são as
1899 receitas das freguesias.-----
1900 Para um Orçamento de vinte milhões de euros, quando aparece no capítulo
1901 da “Receita de Capital”, uma receita intitulada como “Outras”,
1902 normalmente, nos Orçamentos “Outras Receitas” significa ou serve apenas
1903 para precaver ou acomodar receitas que não tenham sido previstas e que
1904 são meramente residuais. Falarmos em “Outras Receitas de Capital” no
1905 montante de €3.250.000,00, é significativo, atendendo ao montante do
1906 Orçamento. É uma verba superior a 16% de toda a receita do Orçamento,
1907 pelo que pretendia o esclarecimento.-----
1908 Naquilo que ao PPI e ao Orçamento diz respeito e em termos de ações em
1909 concreto. A célebre construção do pombal já não aparece com os tais
1910 €5.000,00, não sabe se já foi construído ou se o Município desistiu de o
1911 construir. Finalmente, o Caminho do Jancão, encontra-se inscrito com
1912 €160.000,00, regozijando-se com esse facto, pois esta obra é uma
1913 reivindicação sua desde que é Presidente da Junta de Freguesia de Gouveia,
1914 com a agregação das duas freguesias. Regista com agrado a disponibilidade
1915 do Senhor Presidente do Município em rever a situação da alternância em
1916 relação ao Caminho de Santo Antonio. O Caminho do Azeveiro, aparece
1917 com uma verba residual para 2021 e depois tem investimentos previstos
1918 mais avultados para 2022 e 2023. Acha que estão muito a tempo na
1919 definição dessa verba ainda para 2021 e, dessa forma, conseguir resolver o
1920 problema do Caminho do Azeveiro, deixando para trás o Caminho de Santo
1921 António que não é tão prioritário.-----
1922 O Orçamento tem méritos, por isso referiu logo no início da sua
1923 intervenção que este ano dava o benefício da dúvida. A obra de
1924 Reconversão da zona dos Bellinos, o início da outra fase que tem a ver com
1925 o pavilhão multiusos é uma obra importante para Gouveia e espera que seja
1926 estruturante e não mais uma obra que se transforme num “elefante branco”
1927 e que sirva para fazer ali uma coisa bonita em termos construtivos e em
1928 termos de equipamento e depois se venham a confrontar com uma
1929 dificuldade que é comum a todo o Interior, ou seja, não temos pessoas para usufruir, gozar e rentabilizar esses espaços.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1930
1931 Em relação a uma verba que não é especificada, embora na introdução se
1932 refira que é para o Estádio Municipal e Pavilhão, na ordem dos
1933 €250.000,00, considera insuficiente para a intervenção que se pretende
1934 fazer quer no Estádio, quer no Pavilhão.-----
1935 A obra do Relvado Sintético não aparece inscrita, não sabe qual a
1936 justificação. Será um compromisso que a Câmara não vai cumprir neste
1937 mandato e era uma das tais apostas da atual maioria.-----
1938 Assim, como continua a ver a rubrica da Urbanização Mira Serra com uma
1939 dotação de €1,00, apenas para ter a rubrica aberta no Orçamento e depois
1940 com um montante significativo de €280.000 para 2022 e 2023.-----
1941 Portanto, nem uma palavra, mais uma vez, sobre o Recinto da Cerca que
1942 como se sabe é um lugar que, para além de mítico, é um espaço que desde
1943 sempre a Bancada do PS reivindicou como fazendo parte do património
1944 efetivo e afetivo de todos os gouveenses. Um equipamento que deve ser
1945 muito bem aproveitado para os mais diversos fins, culturais, de saúde
1946 pública, turístico, entre outras potencialidades.-----
1947 Na apreciação que fez deste Orçamento quase lhe parece recorrer à alegoria
1948 “*dar uma no cravo e outra na ferradura*”. Portanto, não votará a favor
1949 pelas insuficiências que referiu, contudo, como estão inscritas ações que
1950 pensa que podem ser importantes não só para a Freguesia, mas também
1951 para a cidade, irá dar o benefício da dúvida e abster-se-á na votação deste
1952 documento.-----
1953 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara começando por
1954 responder à Senhora Deputada Cezarina Maurício (PS) em relação a obras
1955 estruturantes que continuam no Orçamento, estas obras não se concretizam
1956 num ano, mas tal como a Senhora Deputada disse continuam no
1957 Orçamento, mas também estão em concretização.-----
1958 Relativamente à questão do programa de combate ao insucesso escolar,
1959 como a Senhora deputada deve saber é uma candidatura da CIM-BSE. Este
1960 programa teve um atraso que não se deveu a esta Comunidade. Saiu
1961 recentemente o Aviso para a CIM se poder candidatar. É agora e só agora
1962 que vai ser apresentada a candidatura. Ela é uma prioridade da CIM-BSE,
1963 mas agora têm que existir candidaturas concretas e isso só vai acontecer
1964 agora, fruto do andamento do processo. Esta candidatura que vai ser
1965 efetuada diz respeito a ações de formação dos agentes da comunidade
1966 escolar, repartida em dois anos, €320.000,00.-----
1967 Em resposta à Senhora Deputada Ana Paula Freitas (PS) no que diz
1968 respeito ao valor de €3.250.000, efetivamente são possíveis fontes de
financiamento, muitas delas de programas comunitários, de candidaturas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUEIA

1969
1970 que vamos poder efetuar e outras eventualmente de empréstimos a que a
1971 Câmara possa recorrer para concretizar essas intervenções, uma vez que
1972 pode contrair empréstimos para investimentos de capital.-----
1973 Às observações do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gouveia,
1974 como já referiu anteriormente, mostrou total disponibilidade para, se
1975 tecnicamente for possível efetuar a intervenção no Caminho do Jancão, sem
1976 a intervenção no Caminho de Santo António, a verba que está prevista de
1977 €160.000,00, iremos apostar no Caminho do Avezeiro, porque reconhecem
1978 que por causa da questão dos muros de suporte a urgência na necessidade
1979 dessa intervenção e estão disponíveis para isso.-----
1980 O investimento nos equipamentos desportivos, com primazia para o
1981 Estádio Municipal, é um ponto de partida para um conjunto de
1982 investimentos, porque é necessário muito mais investimento. Mas, como é
1983 óbvio, o montante de investimento a efetuar terão que ser a expensas do
1984 Município e não se podem concretizar num único ano. Agora, a prioridade
1985 são os balneários, a área social, o próprio bar, um espaço de convívio.-----
1986 Relativamente à observação que fez à Lei das Finanças Locais, não tem
1987 qualquer problema em reconhecer que este ano o Município tem um
1988 acréscimo no dinheiro proveniente das transferências do Estado e ainda
1989 bem. Mas também os acréscimos de encargos que o Município está a ter
1990 resultante desta pandemia, que vão desde os equipamentos, os testes, o
1991 esforço que está a ser brutal em termos de transportes escolares e não só.
1992 Para termos carreiras para transportar os nossos concidadãos que
1993 necessitam de se deslocar à Guarda ou a Seia, ou a outro local, a Câmara
1994 Municipal vai ter que participar, porque o programa do Estado que
1995 participa essas carreiras não chega, face às circunstâncias que estamos
1996 a viver e aos custos que as empresas estão a imputar à CIM, enquanto
1997 entidade que está a coordenar os transportes entre os Municípios.-----
1998 Portanto, as Câmaras Municipais vão ter que suportar uma parte sob pena
1999 dos nossos munícipes não terem transporte para se deslocarem, caso
2000 necessitem. Antes da pandemia, as empresas de transportes compensavam
2001 os trajetos deficitários com aquilo que faziam com os transportes
2002 ocasionais. Isso deixou de existir. Não há transporte de passageiros para
2003 turismo. E, como tal, não há da parte das empresas essa verba que
2004 compensava os trajetos deficitários. Com o surgir da pandemia o Governo
2005 criou o Programa PART para compensar os encargos que pudessem existir
2006 com os passes e com os transportes. Isso não compensa, porque não é pelo
2007 montante deste programa em si, mas a forma de repartição, é que 90%
desse dinheiro fica nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, não vem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

2008 para o Interior. A CIM-BSE recebe pouco mais de €600.000 quando tem
2009 um custo superior a um milhão de euros e, portanto, quem vai ter que pagar
2010 no fim são os Municípios.-----
2011 E, por isso, temos vindo a acertar com as operadoras e com o Senhor
2012 Secretário de Estado da Mobilidade, um problema transversal a todas as
2013 Comunidades Intermunicipais. Pois vai ser um encargo muito grande e que
2014 as CIM's não têm dinheiro por si, pelo que os Municípios vão ter que
2015 contribuir para pagar essa despesa, que não concorda com o montante que
2016 está a ser atribuído em termos de custos. Aquilo que foi combinado com as
2017 operadoras é que os Municípios vamos pagando 50% daquilo que nos
2018 imputam e ao mesmo tempo solicitámos à Autoridade de Transportes uma
2019 auditoria para que ela estabeleça, como aliás está previsto no próprio
2020 normativo, para que ela efetue uma auditoria aos custos de cada linha para
2021 que seja determinado o valor correto e as partes comprometeram-se a
2022 aceitar. No fundo, é como que uma arbitragem. E as partes, quer as
2023 Câmaras, quer a CIM, quer as empresas, aceitaram esta arbitragem. Temos
2024 acordado com elas que pagamos apenas 50% daquilo que nos é atribuído,
2025 aguardando a auditoria da Autoridade de Transportes. Na próxima semana
2026 será realizada uma reunião para debater esta questão, porque esta é uma
2027 área altamente deficitária em que, apesar de haver para o ano e bem no
2028 Orçamento um reforço da verba do PART, mas não é tanto o montante não
2029 ser o adequado, é mais a forma de repartição. As áreas metropolitanas de
2030 Lisboa e Porto levam 90% deste programa. É esta distribuição que tem que
2031 ser alterada e que a CIM já pediu ao Governo que este critério fosse
2032 alterado, mas não vai ser tão depressa.-----
2033 Reconhece que de facto, este ano, há um reforço de verbas transferidas do
2034 Estado, no caso concreto para o Município de Gouveia, mas face aos custos
2035 acrescidos com a pandemia em áreas diversas, como é o caso dos
2036 transportes escolares e o desdobramento de horários, não há compensação e
2037 é necessário que haja reforço de verbas.-----
2038 De seguida, solicitou ao Senhor Presidente da Mesa a devida autorização
2039 para que fosse concedida a palavra ao Senhor Dr. Pedro Patrício, na
2040 qualidade de consultor financeiro do Município de Gouveia, para prestar os
2041 esclarecimentos técnicos, tendo-lhe sido concedida.-----
2042 ----- Devidamente autorizado usou da palavra o Senhor Dr. Pedro Patrício
2043 para prestar à Assembleia o devido esclarecimento relativamente às
2044 questões colocadas. -----
2045 Começou por informar no que diz respeito a um valor de €674.000,00 na
2046 rubrica “Instituições sem fins lucrativos”, a mesma congrega uma série de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUEIA

2047 projectos que depois estão especificados nas Atividades Mais Relevantes e
2048 diz respeito a subsídios para Associações de Bombeiros, IPSS, Associações
2049 Desportivas, Recreativas, todas as associações sem fins lucrativos,
2050 incluindo IPSS.-----
2051 No que diz respeito à observação da Senhora Deputada Ana Paula Freitas
2052 (PS) “*Balanço Provisório de 31/12/2021 de “Reservas Negativas” no valor*
2053 *de €881.000,00 e “Resultados já Transitados” no valor de 19.207,00,*
2054 *ambos os valores negativos*”, após consulta ao documento verificou que
2055 efetivamente não faz sentido, que há uma gralha, ou seja que o valor de
2056 sensivelmente €1.150.000,00 devia estar deduzido na rubrica “outras
2057 variações do património líquido” e que, por lapso, foi deduzido nas
2058 Reservas. O valor das “Reservas” a considerar neste mapa deveria ser o
2059 mesmo, ou seja, €337.799,00, porque não tem alteração relativamente ao
2060 ano anterior, uma vez que os resultados líquidos são negativos, pelo que há
2061 uma gralha, uma vez que esta diferença deveria está deduzida na célula
2062 errada, trata-se de um erro técnico da sua parte, uma vez que foi ele que
2063 elaborou o documento e, portanto, este erro é da sua responsabilidade. -----
2064 No que diz respeito ao valor na Receita de €3.000.000,00, lembrou que no
2065 ano passado esta mesma rubrica também estava dotada com um valor
2066 significativo. A diferença relativamente ao ano passado resulta da intenção
2067 da câmara municipal em contratar um empréstimo, que terá de ser
2068 aprovado pela Assembleia e visado pelo Tribunal de Contas, e que, só após
2069 esse momento, poderá ser utilizada essa verba para a realização de
2070 despesas. Acrescentou que havia decidir sobre duas opções sobre o que
2071 fazer relativamente ao PPI, ou colocar em “não definido” e não se poderia
2072 dar maturidade aos projetos, ou colocar numa rubrica de receita por forma a
2073 dar maturidade aos projetos. Foi esta última a opção tomada que,
2074 claramente iria levantar questões, mas importa esclarecer que ela está bem
2075 especificada, não foi distribuída por outras rubricas de receita. Quanto ao
2076 valor que é adicional ao do ano passado, corresponde à referida
2077 possibilidade da Câmara contratar um novo empréstimo, destinado
2078 essencialmente a obras da rede viária. Há uma série de obras novas que
2079 estão definidas no PPI, que só vão avançar, caso exista o empréstimo, pois
2080 caso não exista empréstimo não haverá Fundos Disponíveis para as poder
2081 realizar. -----
2082 Depois há um valor sensivelmente idêntico ao do ano passado que tem duas
2083 componentes. -----
2084 Uma, é o Saldo de Gerência, e há sempre duas formas de olhar para o Saldo
2085 de Gerência, uma, pura e simplesmente, não o prevê-mos no Orçamento e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

2086 vamos ter que retirar valores em todo o Orçamento da Despesa e faz com
2087 que comecemos um ano com um Orçamento que não é o Orçamento real e
2088 depois em fevereiro se possa fazer a composição do Orçamento, que
2089 pessoalmente não concorda. -----
2090 Relativamente ao remanescente, destina-se a permitir que existam
2091 condições de preparação de processos de despesa que não irão ser
2092 concluídos neste ano civil. Acrescentou que, quem está habitado a executar
2093 Orçamentos sabe que é impossível executar um orçamento a 100%, uma
2094 vez que o Orçamento tem uma lógica de recebido/pago. Aliás, o SNC vem
2095 lançar uma confusão relativamente a essa questão que nos obriga para os
2096 valores que estejam emitidos e não cobrados tenham de ser previstos no
2097 orçamento, mas depois as regras dizem que não devíamos prever, porque só
2098 devíamos prever o que cobramos. Por exemplo, emite-se a Receita de água
2099 no valor de €100.000, não é cobrada, supostamente, não a devia poder
2100 orçamentar, mas se não é orçamentada não têm como registar a faturação
2101 que emitiram. Há aqui alguma incongruência. Aquilo que sucede em
2102 muitos Municípios é que vai ser feito no final do ano um ajustamento em
2103 baixa ao Orçamento, como sucede com muitos dos Municípios com que
2104 colabora, ou seja, é feito um emagrecimento do Orçamento relativo àquilo
2105 que acabou por não se executar. -----
2106 Portanto, uma parte deste valor diz respeito a um empréstimo e só o valor
2107 do empréstimo pode justificar o aumento comparativamente com o valor do
2108 ano transato. Uma outra componente tem a ver com o Saldo de Gerência
2109 que venha a ser apurado. Quer a parte do Saldo de Gerência, quer o valor
2110 dos empréstimos venham a ser arrecadados, irá ser para substituição dos
2111 valores que estão no orçamento na rubrica classe 13. E o Remanescente é
2112 aquele reforço do Orçamento que permite fazer uma gestão normal do
2113 Orçamento de uma autarquia. -----
2114 Mais informou que a receita que está dotada é igual à despesa. Neste
2115 momento, se não contrair empréstimos e se realizar a despesa toda,
2116 objectivamente iria haver um desequilíbrio no final do ano, sem a
2117 contratação de empréstimo este orçamento não pode ser todo executado.
2118 objectivamente também não vai ser possível executar um orçamento de vinte
2119 milhões de euros, é impossível executar um orçamento na totalidade, há a
2120 aqui uma margem próxima de um milhão de euros que permite à Câmara
2121 ~~lançar~~ lançar novos procedimentos no final do ano. -----
2122 ----- Usou da palavra a Senhora Deputada Ana Paula Freitas (PS)
2123 referindo relativamente ao valor de €300.000 que diz respeito à Educação,
2124 atribuídos pela CIM-BSE, talvez haja um outro projeto, mas a verdade é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

2125 que há já dois anos que esse valor tendo vindo a ser falado. Pode estar
2126 enganada, mas até conhece a realidade de outros concelhos em que estão de
2127 facto a ser desenvolvidos um conjunto de projetos que implicam a
2128 contratação de técnicos na área da educação, bem como a atribuição de
2129 apoios sociais que têm a ver precisamente com esse projeto ligado à CIM-
2130 BSE. Eventualmente, o projeto que está inscrito em Orçamento seja outro e
2131 talvez estejam a falar de coisas diferentes. Mas, a verdade é que nunca é
2132 muito claro, pelo que considera que o trabalho que a CIM-BSE realiza em
2133 todos os concelhos devia ser debatido, esclarecer a forma, às vezes
2134 dissonante, entre aquilo que é o trabalho da CIM e aquilo que são as
2135 necessidades reais dos vários concelhos.-----
2136 Falando, por exemplo, naquilo que foi o “100% Consigo”, que nunca
2137 aconteceu em Gouveia, mas que implicou o gasto de dinheiros públicos,
2138 passando, inclusive, por aquilo que é a atribuição dos cursos profissionais
2139 nas Escolas Profissionais e nas Escolas Secundárias, até chegar ao
2140 financiamento de cursos profissionais pelo Ministério da Educação. Há
2141 aqui um desacordo tão grande que nos faz claramente pensar que o
2142 funcionamento da Comunidade Intermunicipal é mais uma maneira de
2143 gastar dinheiros públicos, de uma forma desarticulada e, politicamente,
2144 certa ou errada, mas que não tem a ver muito com realidade que nós
2145 vivemos. E justificar tudo com a CIM começa a ser, para si, enquanto
2146 membro desta Assembleia, algo muito estranho, porque no “chapéu” da
2147 CIM cabe uma série de coisas que acabam por passar fora do âmbito
2148 daquilo que é a capacidade de discussão e realização.-----
2149 Em jeito de conclusão, mencionou que ao longo deste ano têm vindo a falar
2150 sobre a pandemia e de facto é um assunto problemático. Mas, a verdade é
2151 que este Orçamento não tem inscrito nada específico sobre aquilo que são
2152 os valores que o Município vai disponibilizar para o combate à pandemia.
2153 Isso não é claro neste Orçamento. Falamos daquilo que vai acontecer mas,
2154 ao mesmo tempo, dizendo que se calhar nem se vai realizar nada porque
2155 vem lá a pandemia e, portanto, o Orçamento não espelha nada deste
2156 problema.-----
2157 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de
2158 Gouveia dizendo que, pese embora as explicações dadas pelo técnico,
2159 continua com algumas dúvidas.-----
2160 Quando se falou no aumento de verbas no cumprimento estrito da Lei das
2161 Finanças Locais, nestes últimos anos, quer na anterior legislatura, quer na
2162 atual, o Senhor Presidente da Câmara na resposta relega muito para as
2163 despesas que têm a ver como a questão da mobilidade, a questão dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

2164 transportes, dos constrangimentos que existem em relação à circulação que
2165 leva a que as empresas de transportes de passageiros, efectivamente, sejam
2166 um grande encargo nos dias que correm. Exemplificou com todas as
2167 receitas que fazem parte das transferências do Orçamento de Estado para a
2168 Câmara. Só em relação ao FEF, para a Câmara, estamos a falar de um
2169 aumento de €850.000,00. Deu apenas exemplos do cumprimento da Lei das
2170 Finanças Locais nas suas diversas vertentes, no desdobramento das suas
2171 diversas receitas.-----
2172
2173 Relativamente às explicações do Sr. Dr. Pedro Patrício sobre a verba de
2174 €3.250.000 que aparece na rubrica “Outras Receitas de Capital”, para quem
2175 estava habituado com o POCAL e que entrou há bem pouco tempo o SNC
2176 – AP a ideia é comum. Quando existe no Orçamento, seja nas receitas, seja
2177 nas despesas, uma rubrica que se cria para “Outras Receitas” ou “Outras
2178 Despesas”, estamos sempre a partir do princípio que é para dotar e é para
2179 acomodar algo que possa ser imprevisto ou inusitado e são sempre com
2180 verbas residuais. Neste caso em concreto, quando falamos no valor de
2181 €3.250.000, são 16% das receitas totais do Orçamento que andam à volta
2182 dos €20.000.000. Se a explicação é para acomodar, futuramente,
2183 empréstimos que a Câmara pretenda contrair para acorrer a despesas de
2184 ações previstas quer nas Atividades Mais Relevantes ou despesas de capital
2185 no PPI. Se assim for, não seria mais correto, até do ponto de vista
2186 orçamental e contabilístico, prever já no Orçamento a contração de
2187 empréstimos de curto/médio prazo que seriam votados como acontece com
2188 a tabela de taxas. A questão do valor dos €3.250.000,00 se é resultante da
2189 possibilidade da Câmara poder vir a contrair empréstimos, isso já podia vir
2190 expresso no Orçamento. “Outras Receitas de Capital” até pode ser qualquer
2191 tipo de candidatura que a Câmara tenha que fazer a Fundos Comunitários e
2192 que possa vir a receber é uma dúvida na forma de tratamento e de
2193 enquadramento e entendimento contabilístico. Na sua perspectiva a verba é
2194 exagerada, ou então, se a explicação é essa, devia ter uma outra forma de
2195 tratamento contabilístico. Na sua humilde opinião, seria preferível ter
2196 previsto os empréstimos de médio ou curto prazo e baixar nas outras
2197 Receitas de Capital. Esta verba meramente residual que é para isso que
2198 servem estas rubricas de “outras receitas” ou “outras despesas”.-----
2199 ----- Usou da palavra o Sr. Dr. Pedro Patrício explicando que
2200 objetivamente seria quase indistinto ter nesta rubrica de “Outras receitas de
2201 capital” ou ter “Empréstimos”, porque em termos de regras orçamentais é a
2202 mesma coisa. Os valores dos empréstimos são aqueles que estão
autorizados, como estes valores não estão autorizados a questão ia colocar-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

2203 se igual, ou seja, de estarem em rubrica de “Empréstimos” sem estarem
2204 autorizados. O valor máximo até onde a Câmara pode recorrer a
2205 financiamento bancário em 2021, é sensivelmente de €2.000.000,00, esse é
2206 o valor máximo que poderá ir a empréstimo. Não é esse o montante que
2207 está previsto em Orçamento, o que está previsto em orçamento é um valor
2208 inferior, sensivelmente $\frac{3}{4}$ desse montante, mas seria esse o valor que
2209 poderia estar espalhado como valores de empréstimos a contratar. -----
2210 Há necessidade de se alavancar um Orçamento, há muitas questões que se
2211 colocam sobre estas matérias, às vezes os próprios gestores autárquicos
2212 colocam questões do porquê da alavancagem, porque a Lei é muito
2213 fechada, pode dizer que tem toda a segurança desta previsão porque há uma
2214 ferramenta que se chama Fundos Disponíveis que, felizmente, está em
2215 vigor desde 2012 e que vem ajudar a normalizar as finanças das autarquias
2216 e que nos permitem, no fundo, travar alguns excessos que pudessem ser
2217 decorrentes destas previsões de receitas que à partida não estão
2218 asseguradas. Desde que há Fundos Disponíveis, conseguimos, desde 2012,
2219 garantir que há uma saúde financeira totalmente diferente e muito mais
2220 pacífica das autarquias - assim haja rigor a tratar os Fundos Disponíveis -
2221 que nos tranquiliza relativamente a algum valor não garantido à partida que
2222 coloquemos no Orçamento. É claro que podem dizer que estamos a aprovar
2223 um orçamento de €20.000.000 e no próximo ano estaremos a aprovar umas
2224 Contas de €17.000.000 ou 18.500.000, já não seria mau. Há muitas
2225 situações em contribuem para não se conseguir atingir esse montante.
2226 Contudo, considera que no momento de preparação do orçamento há que
2227 ser ambiciosos no sentido de poder, caso as candidaturas avancem, prever
2228 novos projectos, caso contrário, muitas vezes os processos são remetidos ao
2229 Tribunal de Contas e como não estão previstos no orçamento é necessário
2230 realizar Revisões Orçamentais. E, na sua opinião, tendo uma ferramenta de
2231 gestão extraordinária que se chama Fundos Disponíveis, poderemos ter este
2232 tipo de valores previstos em Orçamento que nos permite apresentar um
2233 Orçamento para gerir de uma outra forma ao longo do ano, que não pomos
2234 em causa de forma alguma a saúde financeira e o controlo das contas do
2235 Município, ao contrário do que acontecia noutros anos. -----
2236 ----- Usou novamente da palavra a Senhora Deputada Ana Paula Freitas
2237 (PS) questionando uma vez mais a que projetos é que este valor de
2238 €3.250.000,00 estão afetos. À priori, já sabem que este dinheiro pode não
2239 existir e, portanto, vão ficar projetos por realizar. Deste modo, pretendia
2240 saber quais são esses projetos de risco, porque de facto temos um
2241 Orçamento elaborado com inúmeros projetos e ações, isto é, quase tudo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

2242
2243 aquilo que foi previsto ao longo destes últimos quatro anos vai ser
2244 realizado agora. Portanto, já sabem que há coisas que de certeza não vão
2245 ser feitas e o Senhor Presidente também tem noção disso. Assim, pretendia
2246 saber qual é a previsibilidade, ou seja, quais são os projetos em que recai
2247 essa previsibilidade de não serem executados para que esta Assembleia
2248 fique claramente a ter conhecimento em relação ao que se vai fazer ou
2249 então já se sabe de antemão que, dificilmente, não se vai concretizar.-----
2250 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente esclarecendo que se está
2251 previsto em Orçamento, é porque de facto pretendem concretizar, é
2252 exemplo disso, a Vila Josephine ou as beneficiações na rede viária, entre
2253 outras. Tal como o Dr. Pedro Patrício explicou, o Município pode contrair
2254 empréstimos e é isso que vão fazer. Quando essa proposta for submetida
2255 aos órgãos autárquicos, nela estarão identificadas quais as obras que é para
2256 concretizar. Nessa altura, elas estarão completamente sinalizadas e previsto
2257 o montante de empréstimo, pois se não estivessem previstas no Orçamento
2258 era impossível solicitar o empréstimo para as mesmas.-----
2259 ----- Usou da palavra a Senhora Deputada Cezarina Maurício (PS)
2260 argumentando que o “Programa de combate ao abandono e insucesso
2261 escolar” teve a ver realmente com o trabalho desenvolvido pela CIM-BSE.
2262 A CIM fez a elencagem das prioridades e pensa que este programa
2263 provavelmente não teve a sua prioridade, porque o Programa está a ser
2264 efetivado em outras Comunidades Intermunicipais, nos moldes que os
2265 concelhos que integram essas Comunidades assim o definiram. Também
2266 sabe que não é para obras, pode passar pela formação ou outro tipo de
2267 atividades.-----
2268 Por último, perguntou se está previsto em Orçamento a questão da
2269 teleassistência para os idosos ou pessoas dependentes, porque acha que o
2270 outro programa não teve grandes resultados e, mais uma vez, pensando
2271 nesta questão da pandemia, se calhar a teleassistência funcionando a 100%
2272 e noutros moldes, seria um instrumento importante de acompanhamento de
2273 pessoas isoladas, de idosos ou outras pessoas vulneráveis.-----
2274 Por último, regista a ausência neste Orçamento de um projeto, que o
2275 Senhor Presidente da Câmara já mencionou como sendo do seu interesse,
2276 referindo-se à ausência de um investimento na Ponte Nova, na anexa de
2277 Vila Franca da Serra.-----
2278 ----- Usou novamente da palavra a Senhora Deputada Ana Paula Freitas
2279 (PS) recordando que a Câmara é proprietária de um autocarro, o qual até
2280 foi inaugurado no Dia do Município, há já dois anos, pelo que seria óptimo
destiná-lo ao apoio aos serviços escolares, ajudando neste tempo de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

2281 pandemia em que é necessário fazer o desdobramento dos horários. De
2282 seguida, em nome da bancada do PS, procedeu à leitura de uma Declaração
2283 de Voto:-----
2284 *“A apresentação dos documentos previsionais da Câmara Municipal de*
2285 *Gouveia para 2021 é pautada, uma vez mais, pela falta de democraticidade*
2286 *do Senhor Presidente da Câmara que, de forma reiterada, não prestou os*
2287 *esclarecimentos solicitados atempadamente pelos Vereadores eleitos pelo*
2288 *Partido Socialista sobre este tema e, simultaneamente, pelo não*
2289 *cumprimento das obrigações legais que respeita à audição prévia dos*
2290 *partidos da oposição representados na Assembleia Municipal e do*
2291 *Conselho Municipal de Juventude, conforme está previsto respetivamente*
2292 *no n.º 1 do artigo 5.º da Lei 24/98 e nos artigos 7.º e 8.º da Lei 6/2012. -----*
2293 *No enquadramento do Orçamento para 2021 podemos ler “há*
2294 *instrumentos específicos para podermos materializar a nossa estratégia. A*
2295 *política orçamental é uma das mais importantes.” Nada mais*
2296 *exemplificativo da falta de estratégia e de cuidado na elaboração deste*
2297 *documento, uma vez que, anualmente, as modificações do Orçamento se*
2298 *situam acima de uma dúzia, o que significa mais de uma por mês. Este ano*
2299 *foram mesmo mais de doze alterações orçamentais.-----*
2300 *“Se há traço distintivo desta administração municipal, reconhecido pelos*
2301 *eleitores e pelos órgãos de supervisão, é a sua capacidade de fazer obra no*
2302 *presente, sem hipotecar o futuro”, diz na proposta de Orçamento. Serão*
2303 *disto exemplo, certamente, as dívidas assumidas ao longo deste último ano,*
2304 *através dos Acordos de Pagamento após longos e dispendiosos processos*
2305 *judiciais com a empresa Manuel Rodrigues Gouveia, no valor de €775.000*
2306 *relativas à Construção da Variante de Vila Nova de Tazem, que remonta a*
2307 *2001 ou com a empresa de Lisboa e Vale do Tejo no valor de*
2308 *€8.344.000,00, relativas a abastecimento de água e saneamento desde*
2309 *2009 a 2018, a pagar nos próximos vinte e cinco anos, o que resulta num*
2310 *custo total com juros incluídos de €11.594.000, aliás, um assunto bastante*
2311 *debatido ao longo deste mandato na Assembleia.-----*
2312 *A elaboração do Orçamento, normalmente, tem como limite requisitos*
2313 *técnicos que vão condicionando os apetites eleitoralistas. Sem Chefe de*
2314 *Divisão, sem que as responsabilidades técnicas tenham sido assumidas,*
2315 *deparamos-mos com um valor de €3.250.000,00 na rubrica “Outras*
2316 *Receitas”, de origem desconhecido, este expressivo montante servirá,*
2317 *certamente, para investir em projectos bem identificados no lado das*
2318 *Despesas, o que demonstra alguma falta de rigor político e contabilístico,*
2319 *a denominada “martelada contabilística”.-----*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUEIA

2320
2321 *No atual contexto de pandemia, como eu já tinha referido, que vem*
2322 *afetando a vida diária dos gouveenses, verificamos, também,*
2323 *estranhamente, que o Orçamento não prevê medidas concretas de*
2324 *mitigação dos seus efeitos, ao contrário daquilo que foi aqui referido.*
2325 *Anuncia uma redução dos encargos de estrutura e, ao mesmo tempo, só em*
2326 *despesas com o pessoal prevê que se passe de €4.364.250,00, previstos no*
2327 *Orçamento de 2020, para €4.540.250,00 em 2021. Apesar do aumento de*
2328 *176.000,00, apenas são destinados à “Opção Gestionária”, destinada aos*
2329 *trabalhadores mais carenciados, €25.000,00, para aumentar os*
2330 *funcionários da base da pirâmide prejudicados, esquecidos pela avaliação*
2331 *de desempenho e pelos responsáveis políticos.-----*
2332 *Assim, o Orçamento em “outros trabalhos especializados”, o valor de*
2333 *€1.621.000,00 que comprova, incompreensivelmente, a contratação de*
2334 *serviços externos que poderiam em boa parte ser executados internamente,*
2335 *se não se desprezasse tanto o trabalho dos trabalhadores da própria*
2336 *Câmara. -----*
2337 *Falta de clareza do Orçamento proposto, quando revela o*
2338 *desconhecimento da data de implementação do sistema da gestão de água,*
2339 *através da Empresa Municipal. No entanto, e apesar das dúvidas, já*
2340 *ocorreram transferências dos escolhidos pelos eleitos das pessoas de*
2341 *Gouveia para integrar os quadros da referida empresa.-----*
2342 *As “Responsabilidades Contingentes” revelam irresponsabilidades e*
2343 *desleixo na utilização dos fundos públicos, patente nos pagamentos à*
2344 *empresa Revolta de Mérito, os quais ainda são reclamados pela empresa,*
2345 *quando já foi feito um depósito autónomo de €296.000,00 como é referido*
2346 *no documento.-----*
2347 *Refere erradamente a Requalificação do Mercado Municipal, como tendo*
2348 *sido lançada no corrente mandato, apesar de já ter sido lançada esta obra*
2349 *no anterior mandato. Para piorar a situação denota que não existe*
2350 *capacidade para executar os projectos apresentados, as obras que faziam*
2351 *capa numa revista municipal de 2016, vão passar a ver o seu fim para lá*
2352 *de 2022. -----*
2353 *Em relação a outras, como a da requalificação dos espaços fronteiro aos*
2354 *Paços do Concelho, da Rua da Cardia, ao Largo do castelo, continuam a*
2355 *questionar a qualidade, a adequação e a necessidade das intervenções*
2356 *realizadas. O Orçamento parece fazer renascer o pavilhão multiusos de*
2357 *Gouveia, que já esteve em concurso público, resta saber se vai ser*
2358 *utilizado o mesmo projeto de construção que está incluído nos valores*
reclamados pela empresa constituída no âmbito da Parceria Público



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

2359 Privada e que se encontra em contencioso ou se vamos pagar um novo
2360 projeto para o tal pavilhão.-----
2361 Ao longo do Orçamento são referidos vários projetos que todos já
2362 esperávamos poder usufruir. É o caso do Caminho de Jancão, o Plano de
2363 Reconversão dos Casais de Folgoso, a urgente requalificação do
2364 Estaleiro Municipal, em que a cobertura de amianto está em estado
2365 avançado de degradação, a adiada requalificação do edifício dos Paços do
2366 Concelho, que até agora ainda não saíram do papel.-----
2367 Também a eficiência energética das piscinas cobertas é uma prioridade
2368 que aguarda a sua execução já há vários anos.-----
2369 Na mesma situação está o Programa de combate ao abandono e insucesso
2370 escolar de 2016, que prevê uma dotação de 684 mil euros e que ainda não
2371 foi implementado há vários anos. -----
2372 A nível cultural, o projeto da Vila Josephine justifica valores do
2373 orçamento, mas a obra não existe. O mesmo se passa com a
2374 Requalificação do Teatro Cine, do Museu Abel Manta, da Biblioteca
2375 Vergílio Ferreira, do Paço de Melo, ou de outros edifícios. -----
2376 O exemplo da má gestão camarária está nos incêndios de 2017, onde
2377 arderam árvores autóctones e agora nascem eucaliptos e outras espécies
2378 infestantes, aproveitando o abandono a que o solo foi votado.-----
2379 Mas, o mais grave, é que este é o Orçamento para o ano de 2021, marca o
2380 fim deste mandato autárquico e não o início.-----
2381 Neste período, não foi visível qualquer estratégia para desenvolver o
2382 concelho. As falências que foram surgindo, não só não foram contidas,
2383 como não foram criadas alternativas. -----
2384 Nas obras da Bellino & Bellino, a incubadora de empresas terá ficado
2385 para o fim! Nesta obra são colocadas as prioridades do mandato: primeiro
2386 o lazer, as atividades de desporto juvenil, os espetáculos, embora
2387 atrasados e, por fim, o empreendedorismo e a criação de emprego!-----
2388 Talvez nessa altura, como disse o Senhor Deputado Constantino Matos, já
2389 não tenhamos pessoas para usufruir do que quer que seja.-----
2390 Por fim, estamos perante um Orçamento de princípio de mandato, quando
2391 na realidade estamos no último ano do mesmo.-----
2392 As promessas não são cumpridas, a falta de transparência, o aumento dos
2393 Vereadores, de chefes de divisão e o populismo das decisões que têm
2394 reforçado o empobrecimento e o descontentamento dos gouveenses em
2395 relação à política parecem ganhar um ambiente perfeito em Gouveia.-----
2396 Vivemos para o assistencialismo e vivemos para os interesses de um contra
2397 os interesses de todos.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

2398 *Assim, o sentido de voto é contra este orçamento.*-----
2399 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia colocando à
2400 votação a “**PROPOSTA DE ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES**
2401 **DO PLANO DA CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA PARA O**
2402 **ANO DE 2021**”, tendo sido o documento aprovado, por maioria, com
2403 **vinte e três (23) votos a favor**, por parte da Bancada Parlamentares do
2404 PPD/PSD, **oito (8) votos contra**, por parte da Bancada Parlamentar da
2405 CDU e dos Senhores Deputados Ana Paula Casegas Pardal Duarte Freitas
2406 (PS), Cezarina da Conceição Santinho Maurício (PS), Rui Filipe Lopes
2407 Martins Garcia Monteiro (PS), Mário José Gaudêncio Bento (PS), Ana
2408 Mónica Silva Ferreira (PS), José António Rodrigues Manta (PS) e do
2409 Senhor Presidente de Junta de Freguesia Carlos Manuel Santinho Pacheco
2410 e **cinco (5) abstenções** por parte da Bancada Parlamentar do CDS/PP e dos
2411 Senhores Presidentes de Junta de Freguesia João José Amaro, Virgínia
2412 Manuela Baptista Garrido de Araújo, Glória Cardoso Lourenço e António
2413 José Direito Saraiva, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º
2414 75/2013, de 12 de setembro.-----
2415 **PONTO 7 - PROJETO DA ASSOCIAÇÃO REENCONTRO –**
2416 **RECONHECIMENTO DO “INTERESSE PÚBLICO**
2417 **MUNICIPAL”, APROVAR A CEDÊNCIA DO**
2418 **EDIFÍCIO SITO EM VILA NOVA DE TAZEM EM**
2419 **REGIME DE PROPRIEDADE PLENA À**
2420 **ASSOCIAÇÃO REENCONTRO E APROVAÇÃO DA**
2421 **MINUTA DE CONTRATO DE CEDÊNCIA DO**
2422 **IMÓVEL**
2423 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal
2424 autorizando o Senhor Presidente da Câmara a apresentar este ponto da
2425 ordem de trabalhos. -----
2426 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que a
2427 Associação Reencontro, sediada no concelho de Gouveia pretende
2428 requalificar um equipamento para que seja uma residência de acolhimento
2429 de jovens em Vila Nova de Tazem. E, para esse efeito, é necessário
2430 reconhecer o Interesse Público Municipal do projeto que esta Associação
2431 pretende desenvolver e que a Câmara reconheceu, unanimemente, que é um
2432 projeto de Interesse Municipal, pois é um equipamento que nesta região
2433 será único, com valências únicas e de sobeja necessidade. Assim, propõe à
2434 Assembleia o reconhecimento do Interesse Municipal deste investimento.--
2435 ----- De seguida o Senhor Presidente da Mesa declarou abertas as
2436 inscrições para os Senhores Deputados que pretendessem intervir.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

2437 ----- Usou da palavra a Senhora Deputada Cezarina Maurício (PS)
2438 referindo que na documentação consta um parecer jurídico do professor
2439 Licínio Lopes, pelo que pretendia ser esclarecida da necessidade deste
2440 parecer.-----
2441 ----- Respondeu o Senhor Presidente da Câmara esclarecendo que é no
2442 sentido de tornar bem clara a legalidade do ato.-----
2443 ----- Retomou a palavra a Senhora Deputada Cezarina Maurício (PS)
2444 referindo que a existência do parecer é para dar fundamento ao Município
2445 da transferência ou da cedência de um imóvel que é da Câmara Municipal
2446 para a Associação Reencontro que, certamente, tem um contrato de
2447 comodato.-----
2448 ----- Respondeu o Senhor Presidente da Câmara referindo que, neste
2449 momento, tem um contrato de comodato, agora, pretende-se formalizar a
2450 cedência plena do imóvel para concretização do empréstimo bancário.-----
2451 ----- Usou novamente da palavra a Senhora Deputada Cezarina Maurício
2452 (PS) acrescentando que estão perfeitamente de acordo e subscrevem a
2453 cedência de um imóvel, que é camarário, à Associação Reencontro, para
2454 desenvolver o projeto que esta Associação entende como importante para a
2455 sua atividade e, de acordo, certamente, com os seus Estatutos.-----
2456 Contudo, com a existência deste caso, deverá ser salvaguardada a
2457 possibilidade de outras instituições particulares de solidariedade que estão
2458 na mesma situação, ou seja, que estão a usufruir através de contratos de
2459 comodatos de edifícios que são da propriedade da Câmara Municipal,
2460 também, possam ter acesso a este tipo de contrato, de terem cedência
2461 desses edifícios para o desenvolvimento de outras atividades.-----
2462 Quanto à questão do reconhecimento do Interesse Público Municipal, é
2463 preciso analisar com cuidado. Questionou se o Interesse Público Municipal
2464 é uma condição ou um argumento utilizado para a cedência deste
2465 património.-----
2466 ----- Interveio o Senhor Presidente respondendo que não é uma condição,
2467 mas sim um reforço da cedência da propriedade do imóvel, porque uma
2468 autarquia não cede a uma instituição, por mais relevante que ela seja, um
2469 imóvel em termos de propriedade plena assim sem mais nem menos. E daí
2470 o reconhecimento municipal do interesse deste investimento.-----
2471 ----- Retomou a palavra a Senhora Deputada Cezarina Maurício (PS)
2472 chamando a atenção que todas as instituições desenvolvem respostas
2473 sociais e todas elas são de reconhecido interesse público municipal. A
2474 criação de respostas sociais novas, vão a sede de Rede Social e é a Rede
2475 Social que se pronuncia pela necessidade dessa resposta social ou não.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

2476 Outra coisa que devem salvaguardar é o seguinte: se a partir de agora, a
2477 criação de qualquer resposta social, tem que descer à Assembleia
2478 Municipal para ser decretado o interesse público municipal.-----
2479 ----- Usou da palavra o Senhor Vereador Jorge Ferreira referindo que aqui
2480 a questão não é por se tratar de uma resposta social nova, estamos a falar de
2481 um projeto diferente, um projeto para acolhimento de crianças e jovens,
2482 que não descartam a possibilidade de ser desde os 0 anos aos 18 anos, e o
2483 foco, onde há mais falta no país, é na faixa entre os 12 anos e os 18 anos e
2484 mais falta ainda quando se fala em acolher ambos os géneros, o que vai
2485 impedir a separação de irmãos.-----
2486 Aqui trata-se de reconhecer este projeto como um projeto único, numa
2487 valência que existe muito pouco no país. Avançando este projeto, o
2488 objetivo é chegar às 24 admissões, se isso acontecer, é um reforço também
2489 para a Escola de Vila Nova de Tazem.-----
2490 ----- Retomou a palavra a Senhora Deputada Cezarina Maurício (PS)
2491 referindo que concordam plenamente com a cedência de um imóvel, mas
2492 chamou a atenção para a existência de outras instituições particulares de
2493 solidariedade social poderem vir a usufruir desta cedência.-----
2494 Em segundo lugar, não está aqui em causa o projeto, concorda que a
2495 Reencontro faça a proposta de uma nova resposta social que vá de encontro
2496 desde sempre àquilo que é o seu público-alvo, a infância e a juventude.
2497 Mas há aqui outros aspetos a ponderar, primeiro, a criação de uma resposta
2498 social, tenha ela os contornos que tiver, vão a Rede Social, a CLAS e são
2499 votadas pelos elementos que fazem parte dessa Rede. Segundo ponto, todas
2500 as respostas sociais que são criadas pelas instituições deste concelho são de
2501 interesse público municipal. Umas têm umas características, outras têm
2502 outras, umas têm um público-alvo, outras têm outro. A questão que se
2503 coloca é se as outras instituições, que têm outras respostas sociais com
2504 outros objetivos e outro público-alvo, também podem ser consideradas de
2505 interesse público municipal.-----
2506 A outra questão, e aqui indo de encontro às palavras do Senhor Vereador,
2507 aquilo que se trata é uma resposta social que a Lei que funda o sistema de
2508 proteção de crianças e jovens que data de 1999 e que foi revista em 2015,
2509 fala em “casas de acolhimento”. As casas de acolhimento realmente podem
2510 e devem acolher crianças de várias idades, a Lei já proíbe ou, pelo menos,
2511 dá a indicação da não separação de fratrias. Aquilo que está mais em falta
2512 no território nacional é a questão de famílias de acolhimento para crianças
2513 até uma determinada idade, a Lei diz que não devem estar em acolhimento
2514 residencial, mas em famílias de acolhimento.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

2515
2516 Obviamente que a Reencontro deve fazer todas as diligências, e certamente
2517 que as vai fazer, para criar essa nova resposta social, que deve seguir os
2518 trâmites que as outras instituições fazem ao nível da Rede Social. Depois a
2519 questão que coloca é se em relação ao Interesse Público Municipal, as
2520 outras instituições também podem usufruir dele quando assim precisarem
2521 para outro tipo de desenvolvimento das suas atividades, nomeadamente,
2522 criação de novas respostas sociais, que é aquilo que está em causa.-----
2523 Finalizando, reafirma que a Bancada do PS concorda com a cedência do
2524 edifício que já está na posse da Reencontro, obviamente, agora de uma
2525 forma mais segura e com esta figura de cedência plena.-----
2526 ----- Usou da palavra o Senhor Vereador Jorge Ferreira referindo que,
2527 neste momento, estão a analisar este projeto em concreto, quando houver
2528 outros pedidos, de outras instituições, e muito brevemente poderá haver
2529 outra situação, serão igualmente analisados. E, dependendo das
2530 circunstâncias, assim será avaliado e a decisão tomada e a proposta será em
2531 conformidade com isso-----
2532 E, tal como referiu o Senhor Presidente da Câmara, o parecer jurídico é no
2533 sentido de salvaguardar este ato de cedência e os interesses do Município
2534 com a clausula de salvaguarda, pois trata-se de uma doação significativa e
2535 era preciso salvaguardar os interesses do Município. Por isso é que está no
2536 contrato que a associação tem 15 anos para desenvolver o projeto e para
2537 manter em permanência e, se não acontecer ao longo dos 15 anos, reverte
2538 para o Município. E não se podem esquecer que também está em causa a
2539 contratação de um empréstimo que tem como garantia este imóvel, daí a
2540 necessidade de salvaguardar os interesses, não só do Município como
2541 também da instituição.-----
2542 ----- Usou da palavra a Senhora Deputada Isabel Nascimento (PPD/PSD)
2543 começando por fazer uma salvaguarda de que a Lei não proíbe a separação
2544 de irmandades, é uma orientação básica do direito de menores que os irmãos
2545 sejam mantidos, se possível, juntos.-----
2546 A Lei de proteção de crianças e jovens em perigo tem por objetivo a
2547 promoção dos direitos e a proteção das crianças e dos jovens, proteção
2548 alargada até aos 25 anos pela alteração da Lei em 2017, por forma a
2549 garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral. Daí que, no artigo 49
2550 aplica a medida de colocação de criança ou de jovem aos cuidados de
2551 entidade que disponha de instalações, equipamentos e de recursos humanos
2552 permanentes, devidamente dimensionados e habitados que lhes garantam os
cuidados adequados.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUEIA

2553
2554 Tem por objetivo garantir a satisfação das necessidades físicas, psíquicas e
2555 emocionais e sociais, garantindo o exercício dos seus direitos, preparando
2556 e favorecendo a sua integração em conteúdo sociofamiliar.-----
2557 As instalações serão aqui asseguradas pelo cumprimento do contrato que
2558 está junto em anexo, assegurando a propriedade plena para a IPSS, mas
2559 salvaguardando o interesse do Município através de uma cláusula de
2560 reversão, cláusula 11, que obriga a IPSS a promover todas as diligências e
2561 esforços no sentido de implementar o atual projeto.-----
2562 Os equipamentos necessários poderão ser adquiridos através de contratos
2563 de mútuo, celebrados pela IPSS, em que poderão acionar as garantias reais
2564 através da hipoteca voluntária. Por último, os recursos humanos, através da
2565 contratação de pessoal especializado e vocacionado para a implementação
2566 deste projeto.-----
2567 Em resultado final teremos um lugar de destaque dado ao Município pela
2568 atitude solidária e preconizadora deste projeto ímpar, a dinamização da
2569 economia, criando postos de trabalho e garantindo retorno financeiro às
2570 pessoas contratadas, aos estabelecimentos, inclusive, de Vila Nova de
2571 Tazem, a própria escola de Vila Nova de Tazem que terá mais alunos e,
2572 finalmente e, principalmente, o aliviar da carga para estas crianças. Carga
2573 que trazem na sua mochila, uma mochila de vida que trarão bastante
2574 carregada, com um peso que se tornou tão insuportável, que se tornou
2575 necessária a intervenção do Tribunal com a aplicação destas medidas, para
2576 que estas crianças possam passar a ter afeto, tenham colo, tenham
2577 segurança, tenham comida à mesa, roupa lavada, uma cama confortável,
2578 que possam dormir uma noite sossegada, sem medos de adormecer e sem
2579 saber muitas vezes como é que acordam. Só podemos estar muito felizes
2580 pela implementação deste projeto.-----
2581 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal
2582 colocando à votação a proposta relativa ao **“PROJETO DA**
2583 **ASSOCIAÇÃO REENCONTRO – RECONHECIMENTO DO**
2584 **“INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL”, APROVAR A CEDÊNCIA**
2585 **DO EDIFÍCIO SITO EM VILA NOVA DE TAZEM EM REGIME DE**
2586 **PROPRIEDADE PLENA À ASSOCIAÇÃO REENCONTRO E**
2587 **APROVAÇÃO DA MINUTA DE CONTRATO DE CEDÊNCIA DO**
2588 **IMÓVEL”**, tendo o Órgão Deliberativo deliberado o seguinte:-----
2589 Considerando:
2590 • A promoção dos direitos e a proteção das crianças e dos jovens em
2591 perigo, por forma a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento
integral de acordo com a lei nº 142/2015 de 08 de setembro;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

- 2592 • O projeto da Reencontro – Associação Cultural Educativa e Cultural
2593 de criar e gerir uma residência de acolhimento para crianças e jovens
2594 em Vila Nova de Tazem;
- 2595 • Os objetivos do projeto e o seu enquadramento na rede de respostas
2596 sociais do distrito da Guarda e a nível nacional;
- 2597 • Que a medida de acolhimento residencial consiste na colocação da
2598 criança ou jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de
2599 instalações, equipamento de acolhimento e recursos humanos
2600 permanentes, devidamente dimensionados e habilitados, que lhes
2601 garantam os cuidados adequados de acordo com o n.º 1 do art. 49 da
2602 lei n.º 142/2015 de 08 de setembro;
- 2603 • Que o acolhimento residencial tem como finalidade contribuir para a
2604 criação de condições que garantam a adequada satisfação de
2605 necessidades físicas, psíquicas, emocionais e sociais das crianças e
2606 jovens e o efetivo exercício dos seus direitos, favorecendo a sua
2607 integração em contexto sociofamiliar seguro e promovendo a sua
2608 educação, bem-estar e desenvolvimento integral de acordo com o n.º
2609 2 do art. 49.º da lei n.º 142/2015 de 08 de setembro;
- 2610 • Que o Município de Gouveia estabeleceu um contrato de comodato
2611 do edifício da Escola Básica do 1.º ciclo do ensino Básico de Vila
2612 Nova de Tazem com a Reencontro - Associação Cultural Educativa e
2613 Cultural para sede da associação e desenvolvimento de projetos de
2614 cariz social;
- 2615 • A proposta de concretização da Residência de Acolhimento para
2616 crianças e jovens no edifício supracitado, de acordo com a proposta e
2617 projeto apresentado pela Reencontro- Associação Cultural Educativa
2618 e Cultural;
- 2619 Assim, em coerência com as razões acima enunciadas, delibera a
2620 Assembleia Municipal de Gouveia, por unanimidade, o seguinte:-----
- 2621 a) Reconhecer e **DECLARAR o “INTERESSE PÚBLICO**
2622 **MUNICIPAL” do projeto de criação e gestão de uma Residência**
2623 **de Acolhimento para crianças e jovens em Vila Nova de Tazem,**
2624 **proposto pela Reencontro- Associação Cultural Educativa e**
2625 **Cultural,** ao abrigo da alínea r), u) e v) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei
2626 n.º 75/2013 de 12 de setembro;
- 2627 b) Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 33º do Anexo I
2628 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **aprovar a cedência, em**
2629 **regime de propriedade plena, do edifício da escola primária do**
2630 **1.º ciclo de Vila Nova de Tazem** à Reencontro - Associação Cultural



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

2631 Educativa e Cultural, para a concretização do referido projeto, ao
2632 abrigo da alínea i) do n.º 1 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de
2633 setembro, cedência esta sujeita à clausula de reversão;

2634 c) **Aprovar a respetiva minuta do contrato de cedência em regime**
2635 **de propriedade plena**, do edifício da escola primária do 1º ciclo de
2636 Vila Nova de Tazem à Reencontro - Associação Cultural Educativa e
2637 Cultural.

2638
2639 **PONTO 8 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE**
2640 **CONTRATAÇÃO DE FORNECIMENTO DE**
2641 **ENERGIA ELÉTRICA EM MERCADO**
LIBERALIZADO

2642 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal
2643 autorizando o Senhor Presidente da Câmara a apresentar este ponto da
2644 ordem de trabalhos. -----

2645 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente referindo que, conforme refere
2646 a proposta, a partir do momento que passou a existir o mercado liberalizado
2647 no fornecimento de energia, em baixa tensão, trata-se de fornecimento de
2648 energia para os equipamentos públicos, incluindo a iluminação pública.
2649 Estando integrados na Agência Regional de Energia e Ambiente do
2650 Interior, um contrato por três anos e face à experiência anterior e de ganhos
2651 em termos de poupança de energia, estando a terminar este contrato de três
2652 anos, há a necessidade de dar continuidade a um contrato deste género e
2653 continuar a trabalhar com a ENERAREA. Assim, se propõe a aprovação da
2654 minuta de contrato para a contratação do fornecimento de energia elétrica
2655 no mercado liberalizado.-----

2656 ----- De seguida o Senhor Presidente da Mesa declarou abertas as
2657 inscrições para os Senhores Deputados que pretendessem intervir.-----

2658 ----- Usou da palavra a Senhora Deputada Ana Paula Freitas (PS)
2659 referindo que constata que de facto existe algum interesse da parte da
2660 Câmara em delegar à ENERAREA a proposta para o fornecimento de
2661 energia e isso já aconteceu há três anos. Aquilo que pretendem saber neste
2662 momento, concretamente, quais foram os ganhos efetivos do Município por
2663 ter delegado à ENERAREA o fornecimento de energia há três anos atrás.---

2664 ----- Respondeu o Senhor Presidente referindo que sozinho, o Município,
2665 não iria ter ganhos de causa. Por nós, sozinhos, não eramos interessantes
2666 para qualquer fornecedor, não conseguiríamos as poupanças que
2667 pretendemos obter. Estando nesta associação, juntamente com outros
2668 Municípios, que também continuam a querer trabalhar com a ENERAREA,
2669 precisamente porque em conjunto conseguem uma economia de escala e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

2670 um peso de negociação muito maior do que aquele que se conseguiria se
2671 fosse individualmente. Por isso é que, estando nós, bem como os outros
2672 Municípios, que fazem parte desta agência regional, a contratar, através
2673 dela, a energia que acabam por comprar para fornecer na iluminação
2674 pública e nos equipamentos municipais, entendem que é a solução mais
2675 adequada.-----

2676 ----- Usou novamente da palavra a Senhora Deputada Ana Paula Freitas
2677 (PS) clarificando que pretendia ser esclarecida, ao terem contratado o
2678 fornecimento de energia através da ENERAREA, em termos quantitativos
2679 em que é que isso foi um benefício para o Município. E o Senhor
2680 Presidente da Câmara responde, genericamente, “*é uma economia de*
2681 *escala*”. Percebe isso, agora, aquilo que pretendia ser esclarecida é em
2682 relação ao impacto, o que é que isso reverteu mais uma vez para o
2683 Município.-----

2684 Mais uma vez, como em muitas outras coisas que a Bancada do PS vai
2685 perguntando, vão percebendo que o estudo do impacto não é feito. “É uma
2686 economia de escala, é melhor para todos, os outros fazem, nós também
2687 fazemos”, agora o impacto real em que é que isso se quantifica, mais uma
2688 vez ficamos por nada saber acerca do assunto. Ainda assim acredita que a
2689 economia de escala talvez seja de facto melhor. Fica o benefício da dúvida,
2690 contudo a Bancada do PS vai votar favoravelmente. Este tipo de
2691 esclarecimento deixa sempre tão pobres a todos e ficam a saber tão pouco
2692 daquilo que é o impacto real das medidas tomadas pela Câmara que
2693 lamentam. É mais do mesmo.-----

2694 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal que
2695 colocou à votação a **PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO DE**
2696 **FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM MERCADO**
2697 **LIBERALIZADO**, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por
2698 unanimidade, aprovar ou ratificar decisões já assumidas, nos seguintes
2699 termos:-----

2700 a. **Aprovar a minuta do protocolo a ser celebrado entre a**
2701 **ENERAREA - Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior**
2702 **e os Municípios de Almeida, Belmonte, Celorico da Beira, Covilhã,**
2703 **Figueira de Castelo Rodrigo, Fornos de Algodres, Fundão, Gouveia,**
2704 **Guarda, Manteigas, Mêda, Penamacor, Pinhel, Sabugal, Seia,**
2705 **Trancoso e a AMCB – Associação de Municípios da Cova da Beira,**
2706 podendo estar representada no protocolo a totalidade ou parte dos
2707 Municípios associados, e que visa o estabelecimento de regras para
2708 constituição de um agrupamento de entidades adjudicantes para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

- 2709 lançamento de procedimento aquisitivo e subsequente celebração de
2710 contrato(s) em ordem à aquisição de energia elétrica em Média Tensão,
2711 Baixa Tensão Especial e Baixa Tensão Normal, para as diversas
2712 instalações das entidades subscritoras;
- 2713 b. **Conceder a devida autorização para início e tipo de procedimento,**
2714 que correrá sob a forma de concurso público, com publicitação no
2715 Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia, em
2716 conformidade, designadamente, com o previsto no artigo 16.º n.º 1,
2717 alínea c), artigos 17.º, 18.º e 20.º, n.º 1, alínea a), todos do Código dos
2718 Contratos Públicos;
- 2719 c. **Designar a ENERAREA - Agência Regional de Energia e Ambiente**
2720 **do Interior como representante do Agrupamento** delegando-lhe as
2721 competências necessárias para promover e praticar todos os atos e
2722 procedimentos necessários com vista ao lançamento do concurso, nos
2723 termos do previsto nas cláusulas 4ª e 8ª do Protocolo acima referido.
- 2724 d. **A aprovação da autorização prévia para a assunção dos**
2725 **compromissos plurianuais** inerentes ao(s) contrato(s) a celebrar, de
2726 acordo com o previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º
2727 8/2012, de 21 de fevereiro, compromissos plurianuais esses a autorizar
2728 em valor correspondente ao dos encargos de 2021, 2022 e 2023, e que
2729 se estimam no valor anual de **636 840,86€ (*)** mais IVA. (*) Os valores
2730 apresentados são uma estimativa que se baseia no valor do contrato celebrado pelo Município em 29-
2731 01-2018 para o Fornecimento de Energia Elétrica. Sendo este o valor base do procedimento que
2732 agora se iniciará, para o triénio 2021-2023, o valor das propostas que serão apresentadas será sempre
2733 inferior a esta estimativa.

2734 **PONTO 9 - APRECIACÃO DOS SEGUINTE DOCUMENTOS:**

2735 **I. Informações das Atividades do Senhor Presidente**

2736 **II. Situação Financeira a 14/12/2020**

2737 **III. Despacho do Senhor Presidente da Câmara que** 2738 **determinou a isenção total do pagamento das taxas** 2739 **diárias de ocupação da Feira Semanal**

2740 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal
2741 autorizando o Senhor Presidente da Câmara a apresentar este ponto da
2742 ordem de trabalhos referindo não ter nada a acrescentar.-----

2743 ----- De seguida o Senhor Presidente da Mesa declarou abertas as
2744 inscrições para os Senhores Deputados que pretendessem intervir não se
2745 verificando nenhuma intervenção.-----

2746 ----- Deliberado tomar conhecimento das informações.-----

2747 ----- Nos termos do n.º 3 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de
2748 setembro, foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

2749 deliberações referentes aos **Pontos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8** da presente
2750 **“Ordem do Dia”**, de modo a produzir efeitos imediatos. -----
2751 ----- Nada mais havendo a tratar, pelo Senhor Presidente da Mesa foi
2752 declarada encerrada a reunião pelas vinte e quatro horas e quinze minutos,
2753 da qual e para constar se lavrou a presente ata que, depois de lida e
2754 aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da Mesa e pelo seu 1.º
2755 Secretário. -----

2756

2757

2758 **O Presidente da Assembleia Municipal**

2759

2760

2761

2762 **(Luís António Vicente Gil Barreiros)**

2763

2764

2765

2766

2767 **A 1.ª Secretária da Assembleia Municipal**

2768

2769

2770

2771

2772 **(Ana Paula Morgado Mendes)**